



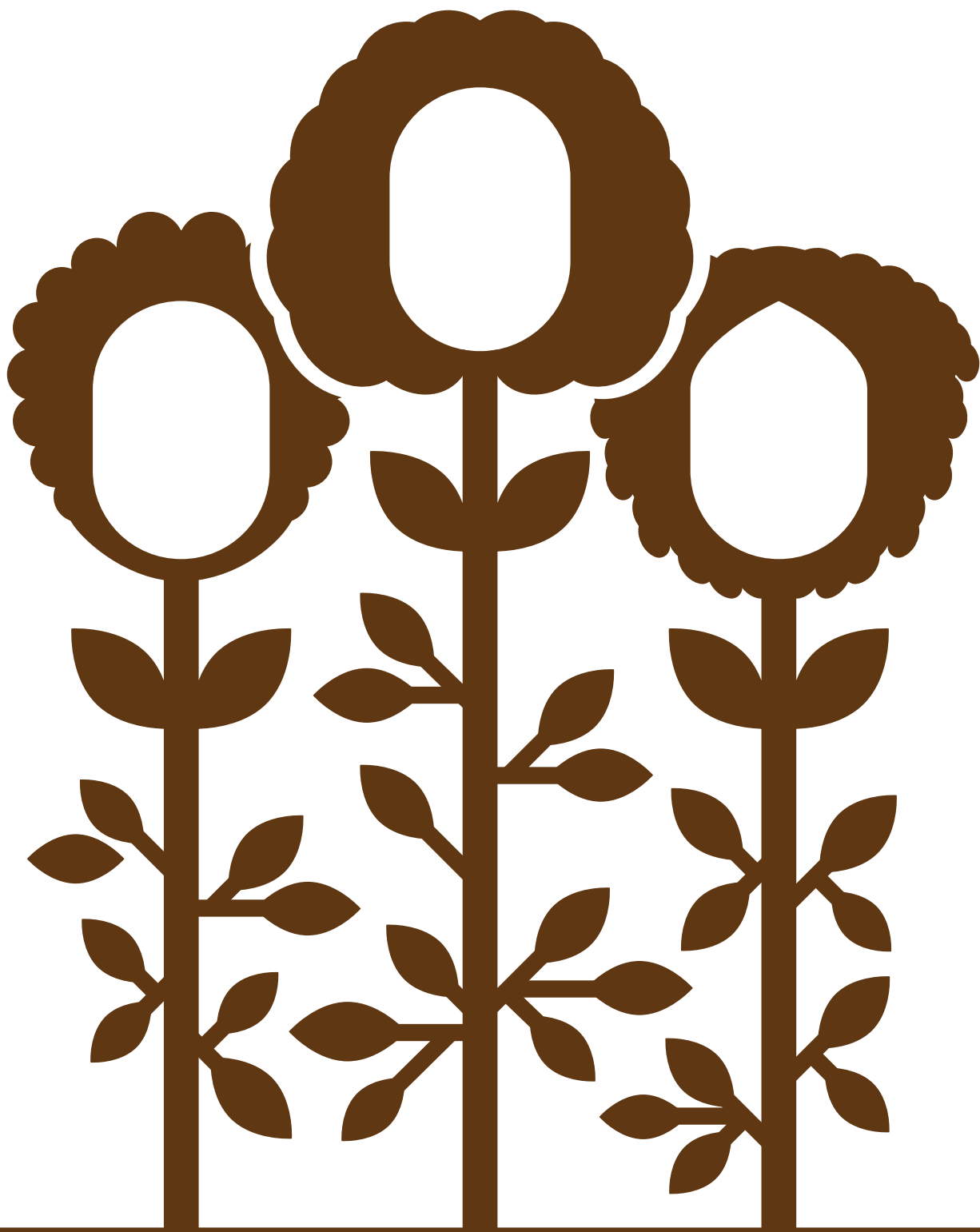
TRAJETÓRIAS NEGRAS DE RESISTÊNCIA:

CIÊNCIA E CULTURA PELA EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA

Organização: Roseane Correa,
Marina Maria e André Cruz



EDIÇÕES LIVRES



EDIÇÕES LIVRES

Rio de Janeiro
2024

1ª Edição: Edições Livres, 2024

Organização

Roseane Maria Correa, Marina Maria Ribeiro Gomes da Silva e André da Cruz Oliveira

Capa, projeto gráfico e ilustrações

Valter Luís Bispo Oliveira Junior e Venicio da Costa Ribeiro Junior

Revisão

André da Cruz Oliveira

Este livro foi publicado de acordo com a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz. Os textos constantes nessa publicação podem ser copiados e compartilhados desde que: não sejam utilizados para fins comerciais; e, que seja citada a fonte e atribuídos os devidos créditos.



Distribuição gratuita.

T768 Trajetórias negras de resistência [recurso eletrônico] : ciência e cultura pela equidade de gênero e raça / organização: Roseane Maria Correa, Marina Maria Ribeiro Gomes da Silva e André da Cruz Oliveira; capa, projeto gráfico e ilustrações: Valter Luís Bispo Oliveira Junior e Venicio da Costa Ribeiro Junior; revisão: André da Cruz Oliveira. – Rio de Janeiro : Edições Livres, 2024. 113 p. : il. color.

ISBN: 978-65-87663-13-5.

Modo de acesso: World Wide Web.

O e-book é uma criação do projeto “Plantando e Colhendo: cultura e ciência para equidade de gênero e raça”. Este projeto é desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz a partir da colaboração entre o Coletivo Negro Fiocruz, o Museu da Vida Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz).

1. População Negra. 2. Antirracismo. 3. Equidade de Gênero. 4. Equidade Racial. 5. Representação Social. I. Correa, Roseane Maria. II. Silva, Marina Maria Ribeiro Gomes da. III. Oliveira, André da Cruz. IV. Oliveira Junior, Luís Bispo. V. Ribeiro Junior, Venicio da Costa.

CDD 305.896

Ficha técnica

Plantando e Colhendo: ciência e cultura
para equidade de gênero e raça.

EQUIPE FIOCRUZ

Coordenador: Venicio da Costa Ribeiro Junior

Coordenadora: Marina Maria Ribeiro Gomes da Silva

Educadora: Hilda da Silva Gomes

Educadora: Aline Lopes Soares Pessoa de Barros

EQUIPE BOLSISTAS

Revisor: André da Cruz Oliveira

Assessora de Comunicação: Gabriela Nascimento Santos Silva

Secretária: Rebecca Angelique Silva de Araújo

Produtora Executiva: Roseane Maria Correa

Coordenadora Pedagógica: Taiellen Pinto da Costa

Designer gráfico e game designer: Valter Luis Oliveira Bispo Junior

PARTICIPANTES DAS OFICINAS

Ana Beatriz Sousa, Vitória de Sousa Carneiro, Camilly Stefane, Emilyn

Santos, Marcellly Nunes, Ana Luisa Reis, Raissa Siqueira, Letícia

Carmo, Thuany Galdino, Giovanna Duarte, Amanda Louise, Camilly

Vitória, Natália Araujo, Safira Dias e Ana Carolina





SUMÁRIO

Palavras iniciais	8
Apresentação	16
21 personalidades homenageadas	17
Aline Souza	18
Ana Paula Oliveira	22
Camila de Moraes	26
Carla Akotirene	30
Cecilia Izidoro	34
Christina Moraes	38
Conceição Evaristo	42
Dida	46
Elizabeth Sizenando	50
Hédio Silva Jr	54
Jaqueline Góes	58
Jaqueline Gomes	62
Julia Suzarte	66
Larissa Bezerra	68
Luana Teófilo	72
Maria Inês da Silva Barbosa	76
Nina da Hora	80
Pâmela Carvalho	84
Paulo da Silva Santos	88
Wagner Amaro	92
Vilma Melo	96
10 heróis / heroínas	99
Almerinda Farias Gama	100
Antonieta de Barros	101

Dona Ivone Lara	102
Esperança Garcia	103
Joaquim Venâncio	104
Juliano Moreira	105
Maria Firmina dos Reis	106
Mariele Franco	107
Tereza de Benguela	108
Zumbi	109



Palavras Iniciais

Coletivo Negro Fiocruz

Em 21 de março de 1960, na metrópole de Joanesburgo, a principal cidade da África do Sul, 20 mil indivíduos estavam se opondo à odiosa Lei do Passe, que os forçavam a carregar documentos de identificação, restringindo os seus movimentos em áreas predeterminadas. No distrito de Shaperville, um protesto pacífico estava em curso quando as forças militares abriram fogo contra a multidão, resultando na trágica perda de 69 vidas e ferindo outras 186 pessoas. Esse acontecimento ficou eternizado como o massacre de Shaperville e a Organização das Nações Unidas (ONU) designou o 21 de março como o Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial.

O Coletivo Negro Fiocruz é uma associação composta por estudantes e trabalhadores que se reúnem para compartilhar experiências e debater questões relacionadas ao racismo. Embora o Brasil não tenha, oficialmente, implementado o apartheid como política pública, práticas racistas persistem de maneira sistemática no cotidiano do país. A segregação ocorre de modo implícito, transformando elementos como a carteira de trabalho e o uniforme escolar em um tipo de “passe” para acessar diversos espaços. No entanto, apesar desses supostos “passes”, estudantes e trabalhadores negros continuam enfrentando discriminação e brutalidade diariamente.

Entendendo que o combate ao racismo é um passo fundamental em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e solidária, o Coletivo Negro Fiocruz tem participado, anualmente, da Campanha 21 Dias de Ativismo contra o Racismo, o que motivou a criação desse e-book.

Os 21 antirracistas e as 10 heroínas e heróis selecionados nesse e-book têm se destacado em diversas áreas da sociedade, incluindo literatura, ciência, mídia, arte, cultura, representação social e muitas outras. Eles representam a luta contra o racismo, a discriminação, o preconceito e a exclusão de pessoas negras, contribuindo ativamente para a construção de uma sociedade mais diversificada e inclusiva.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Icict/Fiocruz

É com prazer que o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz) participa da realização do projeto “Plantando e colhendo: cultura e ciência para equidade de gênero e raça”, juntamente com o Coletivo Negro Fiocruz e o Museu da Vida, da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), certo de que o enfrentamento às desigualdades passa necessariamente pela potência da coletividade na construção de novos caminhos. Participamos dessa iniciativa a partir da mobilização do Multimeios e do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação em Saúde (CTIC), dois dos nossos setores que têm se dedicado a aliar as suas ações práticas, a fim de fortalecer a valorização da diversidade e da equidade, como instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) que somos.

Em nossa trajetória de mais de 30 anos, temos defendido a comunicação e a informação como direitos humanos fundamentais para o direito à saúde e, nesse sentido, temos desenvolvido na Fiocruz e em parceria com diferentes organizações estratégias que reforcem esse lugar de importância. Além disso, participamos da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas e produzimos conhecimento a partir da interface do ensino, pesquisa e serviços que oferecemos, visando colaborar com melhores condições de vida e saúde para a nossa população.

Com o Plantando e Colhendo, tivemos a oportunidade de agregar a nossa atuação como unidade científica a possibilidade de inovar a partir da cultura, reunindo nas diferentes frentes propostas pelo projeto: a força criativa e artística para, sobretudo, divulgar informação antirracista. Ao mesmo tempo, contribuimos para ações educativas voltadas para a formação de jovens negras cientistas e para o desenvolvimento de um jogo de cartas, de um programa de podcast e desse potente e-book. Sempre com o objetivo de colaborar para a visibilização de pessoas negras que atuam em diferentes áreas de conhecimento no Brasil, registrando suas vidas tão plurais, mas que, em comum, são atravessadas pelas violações decorrentes do racismo estrutural que nos marca.

Representatividade não só importa, como é compromisso do Icict/Fiocruz, reiterado nos nossos instrumentos de gestão a partir da valorização da diversidade que nos constitui. E, especialmente, construído diariamente!

Boa leitura!



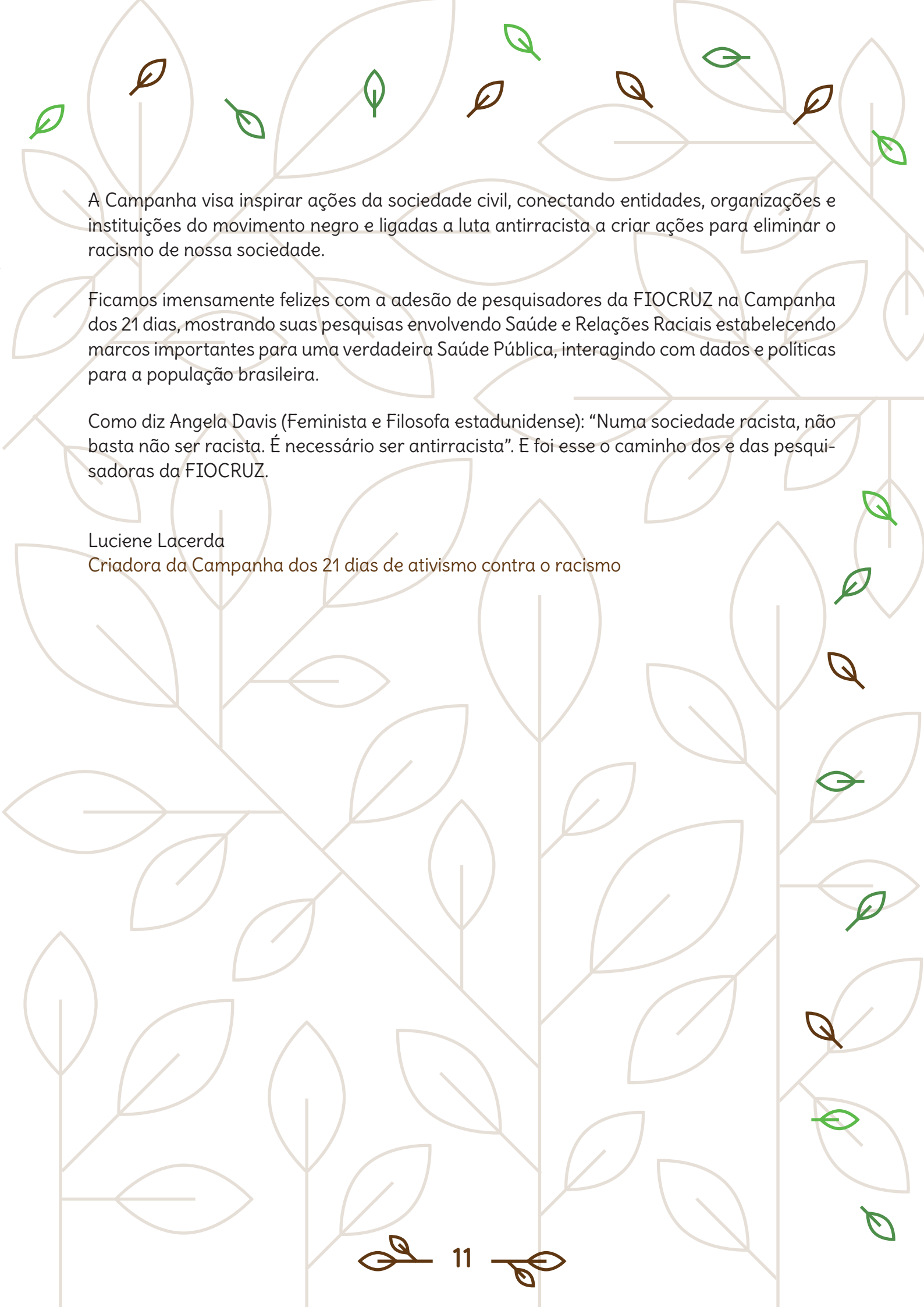
A Campanha dos 21 dias de ativismo contra o racismo

A ideia da Campanha dos 21 dias de ativismo contra o racismo foi gestada, a primeira vez, em 2016 para divulgar o dia 21 de março, o dia internacional de combate à discriminação racial. Essa foi decretada pela ONU após uma manifestação pacífica, em 1960, contra o regime do apartheid e a Lei do Passe que impedia a livre circulação em Shaperville, Joanesburgo, na África do Sul ser duramente reprimida pelo governo, com 69 assassinatos e centenas de feridos. Após esse massacre, a Organização das Nações Unidas decretou o dia 21 de março como o dia mundial de combate à discriminação racial. A data mais propagada era o dia 20 de novembro, importante data da morte de Zumbi dos Palmares, mas que não era a única da luta negra e contra a discriminação racial. Um país com 56% da população sendo negra, muitas datas e lutas contra o racismo precisam ser lembradas, assim como muitas outras lutas africanas contra a opressão e o racismo foram e são feitas na Diáspora Africana. Pensei nessa proposta após uma reunião, pois houve uma demora na construção dos Diálogos das Mulheres Negras com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) que, finalmente, foi aprovada em julho de 2017.

A Campanha seria uma proposta de ter mais que um dia, uma semana ou mesmo um só lugar, várias discussões sobre a luta negra e as relações raciais sobre diversos prismas e temáticas, durante 21 dias, apresentando os variados formatos de ativismo contra o racismo. E, assim, fazendo interações com ativistas e as suas principais lutas e interesses no assunto. A primeira plenária foi no IFCS, do final 2016, com mais de 70 pessoas presentes. Mas a cada ano a Campanha dos 21 dias foi ampliando com ativistas de várias cidades e países para que apresentem seus ativismos e suas principais lutas em suas regiões; e realizar trocas em nome da internacionalização das lutas e ativismos antirracistas. Hoje temos uma coordenação e esperamos que o recorde de 350 atividades neste ano de 2023 seja batido na oitava edição em 2024.

A primeira edição da Campanha foi realizada durante 21 dias no mês de março de 2017. Desde então, a Campanha é realizada todo o mês de março definido em plenárias públicas nos meses anteriores. A campanha também lembra outras datas importantes no calendário de março: 08 de março (Dia Internacional da Mulher), Dia 14 de março (dia que Marielle Franco e seu motorista Anderson foram assassinados saindo da Campanha dos 21 dias no ano de 2016); Dia 16 de março (dia que Cláudia Silva foi assassinada numa operação policial). Nesta data passamos homenagear também a todos os que foram mortos pelo racismo de Estado nas operações policiais.

A Campanha dos 21 dias de ativismo contra o racismo é uma campanha antirracista que entende não é possível termos uma democracia numa sociedade racista. A falta de vinculação com governos e/ou secretarias visa que estas instituições implementem as leis antirracistas já aprovadas; e não apenas façam atividades sem o exercício e orçamentos que essas leis necessitam para sua implementação.



A Campanha visa inspirar ações da sociedade civil, conectando entidades, organizações e instituições do movimento negro e ligadas a luta antirracista a criar ações para eliminar o racismo de nossa sociedade.

Ficamos imensamente felizes com a adesão de pesquisadores da FIOCRUZ na Campanha dos 21 dias, mostrando suas pesquisas envolvendo Saúde e Relações Raciais estabelecendo marcos importantes para uma verdadeira Saúde Pública, interagindo com dados e políticas para a população brasileira.

Como diz Angela Davis (Feminista e Filósofa estadunidense): “Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”. E foi esse o caminho dos e das pesquisadoras da FIOCRUZ.

Luciene Lacerda

Criadora da Campanha dos 21 dias de ativismo contra o racismo

Dataprev

A Dataprev tem orgulho em apresentar o e-book do projeto “Plantando e Colhendo: cultura e ciência para equidade de gênero e raça”, desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz, em uma articulação entre o Coletivo Negro Fiocruz, o Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz).

O livro homenageia personalidades negras relevantes para o fortalecimento de práticas antirracistas, decoloniais e transformadoras. Carla Akotirene, Nina da Hora, Jaqueline Goes, Conceição Evaristo, Paulo Santos, Aline Souza, Vilma Melo, Vagner Amaro, Elizabeth Sezinando, Jaqueline Gomes, Júlia Suzart, Camila de Moraes, entre outros nomes que aprofundam as reflexões sobre o país e apontam as novas abordagens para os problemas da realidade brasileira, em vários campos de ação: arte, ciência, filosofia... Dar visibilidade as suas histórias faz parte do trabalho coletivo por uma sociedade mais justa.

Empresa pública de tecnologia, vinculada ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), a Dataprev desenvolve soluções digitais para o exercício da cidadania. E a cidadania plena não aceita racismo, machismo, homofobia nem nenhuma forma de exclusão.

A Dataprev conta com uma Política de Diversidade e Inclusão e nos seus concursos públicos reserva 20% das vagas para negros. O mesmo percentual para negros e indígenas no Programa Jovem Aprendiz, que também garante 50% das vagas para mulheres.

A empresa reconhece a importância da Fiocruz para os movimentos sociais e a ciência e a sua capacidade de multiplicar ações afirmativas. Por isso, por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro, apoia a iniciativa “Plantando e Colhendo: cultura e ciência para equidade de gênero e raça”, que promove oficinas e a produção de podcasts e jogos educativos.

Parabéns a todas e todos os envolvidos no projeto e neste e-book, uma inspiração para a defesa da democracia e o combate às desigualdades.

Rodrigo Assumpção
Presidente da Dataprev

Prefeitura do Rio

A Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, cuida de um dos maiores patrimônios brasileiros: a cultura carioca.

São mais de 50 equipamentos espalhados por toda a cidade, entre teatros, arenas, museus, bibliotecas, salas de leitura e centros culturais. Uma das maiores redes municipais de equipamentos de cultura da América Latina.

Investimos mais de R\$ 200 milhões por ano em cerca de 1.200 projetos pensados, produzidos e estrelados pela cena cultural carioca. São milhares de empregos gerados e um grande aporte financeiro para a cidade.

Criada em 2013, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura da cidade do Rio de Janeiro (Lei do ISS) é o maior mecanismo de incentivo municipal do país em volume de recursos e busca estimular o encontro da produção cultural com a população. Acreditamos que a cultura é um vetor fundamental de desenvolvimento econômico e social e de protagonismo da diversidade, democracia e da nossa identidade.

Prefeitura do Rio
Secretaria de Cultura



Museu da Vida

O Museu da Vida Fiocruz (MVF) convida as leitoras e os leitores a nos acompanhar na jornada do e-book: “Trajetórias negras de resistência: ciência e cultura pela equidade de gênero e raça”, realizado em parceria com o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz) e o Coletivo Negro Fiocruz. Suas narrativas refletem diferentes dimensões do trabalho educativo realizado pelo Museu da Vida.

Em seus mais de 20 anos de existência, o MVF busca instigar a emergência de diálogos que levam o público a ressignificar a história das sociedades humanas pela amplificação de vozes e pensamentos de diferentes gerações que se entremesam na tessitura da arte, cultura, saúde, ciência e meio ambiente, colocando a diversidade em perspectiva.

Desde sua criação, atua por meio de diversas linguagens e estratégias museológicas e pedagógicas que apontam para o contato direto com o público por meio do seu acervo, mas, recentemente, adotou os meios digitais para se destacar, como a realização de vídeos, lives, podcasts, webseries, boletins, textos informativos, exposições virtuais e e-books com audiodescrição, intérprete de libras e legendagem, disponíveis no website e no canal do Youtube.

No âmbito do debate da equidade de gênero e raça, o MVF tem se destacado por oferecer oficinas, palestras, peças teatrais, aulas e vídeo-debates, além de participar de eventos em outros espaços institucionais formais e não formais e movimentos sociais. Há um especial destaque para o desenvolvimento do Programa de Iniciação à Produção Cultural (Pró-Cultural) que atua há mais de dez anos com jovens do ensino médio das escolas públicas, localizadas nos bairros adjacentes ao campus Fiocruz Manguinhos, no Rio de Janeiro, e ainda, para o projeto “Meninas Negras na Ciência: a divulgação científica como estratégia de promoção da saúde, cidadania e empoderamento”, que teve duas edições realizadas entre os anos de 2020 e 2022.

A experiência com ambas as referências é parâmetro para o que realizamos em 2023 no projeto “Plantando e Colhendo: cultura e ciência para equidade de gênero e raça”, cuja atuação ocorreu com quinze jovens negras do ensino médio, de escolas públicas do município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana. Esse trabalho prima pela formação dessas estudantes na interface entre a ciência e cultura para o desenvolvimento de estratégias antirracistas e de promoção da equidade de gênero e raça, contribuindo para a valorização da cidadania, empatia e diversidade.

É por meio dessa trajetória política de construção de conhecimentos, memórias e reflexões sobre ciência, cultura e formação social que o MVF reafirma seu compromisso com a divulgação e popularização da ciência, na perspectiva do conceito ampliado de saúde.

Boa leitura!

Museu da Vida Fiocruz

Com grande satisfação apresento o e-book “Plantando e Colhendo: Cultura e Ciência para Equidade de Gênero e Raça”. Uma iniciativa do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnologia em Saúde (ICICT/Fiocruz) e do Coletivo Negro da Fiocruz, com patrocínio da XP Investimentos, Dataprev, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Secretaria Municipal de Cultura, por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura – Lei do ISS e gestão administrativa da Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz.

Este é um projeto necessário, que apresenta histórias de cientistas negras e a importância de suas contribuições para o desenvolvimento científico do país. Em meio a construção de narrativas históricas embranquecidas e patriarcais, este material pretende ser uma singela contribuição ao enfrentamento do racismo estrutural e a discriminação de gênero, presentes, de forma explícita e velada, no dia a dia de milhares de brasileiras

O livro é uma homenagem a mulheres que desafiaram o status quo, e com capacidades científicas extraordinárias, tornaram-se agentes de mudança. Suas vidas inspiram e fortalecem nossa crença de que é possível construirmos uma sociedade em que o talento e a determinação sejam suficientes para que toda mulher, seja branca ou negra, nascida em bairros nobres ou na periferia, possam florescer seus sonhos e contribuir livremente com suas capacidades.

Boa leitura.

Luis Fernando Donadio.

Diretor da Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz

Coordenador Geral do Escritório de Captação da Fiocruz

Apresentação

Apresentamos com entusiasmo o e-book “Trajetórias Negras de Resistência: Ciência e Cultura pela Equidade de Gênero e Raça”, uma criação do projeto “Plantando e Colhendo: cultura e ciência para equidade de gênero e raça”. Este projeto é desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz a partir da colaboração entre o Coletivo Negro Fiocruz, o Museu da Vida Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz).

O coração desta iniciativa é o compromisso com a promoção da equidade de gênero e raça por meio de abordagens enraizadas na ciência e na cultura. O projeto conta com o apoio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro. Nele celebramos a diversidade e fortalecemos a importância da representatividade como algo essencial para a construção de práticas antirracistas.

Com grande orgulho, apresentamos diversas personalidades negras que compartilham a importância de seu trabalho em suas respectivas esferas de atuação. Este e-book, que reúne histórias inspiradoras através de trajetórias notáveis, ilustra o impacto de suas contribuições profissionais e políticas na luta contra o racismo.

As ilustrações que adornam este e-book foram cuidadosamente concebidas, capturando a essência das personalidades homenageadas a partir de suas fotografias originais. Cada imagem é uma representação visual do poder, da beleza e da diversidade da diáspora africana.

Este e-book é uma celebração da riqueza das contribuições negras para a nossa sociedade e, sobretudo, uma fonte de inspiração para as jovens negras que buscam se sentir representadas e empoderadas em todos os setores de nossa comunidade. “Trajetórias Negras de Resistência” projeta um futuro repleto de equidade de gênero e raça, em que as vozes e as ações das pessoas negras são reconhecidas e valorizadas.



21

**PERSONALIDADES
HOMENAGEADAS**

ALINE SOUZA



ALINE

Sousa da Silva é catadora de materiais recicláveis e reutilizáveis. Tem 33 anos e sete filhos e mora em Brasília (DF). É cooperada da Cooperativa Reciclo, diretora presidente da Central de Cooperativas de Trabalho de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CENTCOOP), representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR - DF), secretária nacional da Secretaria Nacional da Mulher e Juventude (SEMJUV) da UNICATADORES. Ingressou no curso de Direito em 2021, no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), mas, atualmente está afastada.



Aline iniciou a catação ainda menor de idade para ajudar a avó, que todos os dias subia em uma carroça, a fim de catar recicláveis e vender para sustentar os filhos e netos. A família morou por dez anos em uma ocupação irregular na cidade satélite de Taguatinga Sul (DF), onde também era o local de trabalho. Em 2009, ela conseguiu o direito à moradia digna, casa própria, e vive atualmente com a mãe, avó, irmãs e irmãos, em um local de casas para catadores da ocupação.

O pai de Aline era nordestino e, também, catador de materiais recicláveis e reutilizáveis. Ele faleceu em 2012 e era um contador de histórias de vida e dava à filha sábios conselhos. De acordo com a homenageada, além da figura paterna, ele era o seu melhor amigo e partiu antes de a ver ser eleita dirigente dos Catadores e Catadoras no Distrito Federal e no Brasil.

“A negritude na minha categoria é quase que unânime e temos muito orgulho do que somos, do que entregamos para a sociedade e do resultado compartilhado a várias mãos na cadeia produtiva da reciclagem para a humanidade e as gerações futuras.”

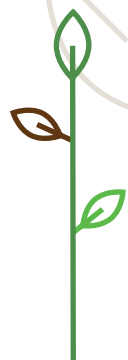


A respeito da negritude em sua categoria, Aline afirma: “A negritude na minha categoria é quase que unânime e temos muito orgulho do que somos, do que entregamos para a sociedade e do resultado compartilhado a várias mãos na cadeia produtiva da reciclagem para a humanidade e as gerações futuras.”

A homenageada foi uma das escolhidas para a solenidade da entrega da faixa presidencial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023. Aline subiu a rampa do Palácio do Planalto (DF) e colocou a faixa no líder político, um ato simbólico que demonstrou a importância e dignidade do trabalho das catadoras e catadores brasileiros.

Aline está no último mandato como presidenta da CENTCOOP e espera retornar para a faculdade de Direito e Gestão Ambiental, além de poder continuar ajudando a libertar as mentes de outros catadores Brasil afora.





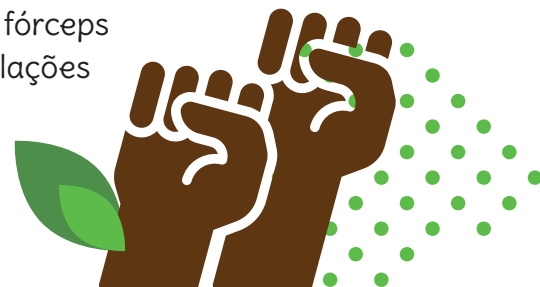
ANA PAULA OLIVEIRA



JUSTIÇA

..... **ANA** Paula Gomes de Oliveira, mais conhecida na militância, desde 2014, como Ana Paula Oliveira, é filha de José Isídio de Oliveira Filho e de Maria José Gomes de Oliveira. É mulher negra, cria da favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro (RJ), tem 46 anos, e é mãe de Johnatha e Maria Paula.

O seu primeiro emprego, aos dezenove anos, foi na creche comunitária João Goulart, situada em Manguinhos, onde trabalhou como recreadora durante oito anos. Nesse mesmo período, foi exigida uma formação de ensino superior para continuar na creche e, em 2002, ingressou na universidade e se formou em Pedagogia, em 2005. No mesmo ano, nasceu sua filha Maria Paula, depois de mais de 12 horas de sofrimento pelas dores das contrações e sem Ana Paula ter a dilatação necessária para a passagem da bebê. A equipe médica insistiu pelo parto normal, os médicos a mandavam fazer força e se debruçaram em sua barriga, para o nascimento, e, sem sucesso, recorreram ao uso de fórceps para puxar sua filha, evidenciando uma série de violações de direitos e desrespeitos. Apenas, onze anos após esse episódio, quando já estava na militância pela perda de seu primogênito, Ana Paula se conscientizou de que ela e sua filha sofreram violência obstétrica, além de racismo estrutural, pois, ainda hoje, no contexto do parto, a mulher negra é considerada “aquela que é forte, e pode suportar dor”.



Infelizmente, a história de sofrimento dessa mulher negra, mãe, pobre e favelada, não parou nesse episódio. Entre 2010 e 2013, ela e sua família, também residente na favela de Manguinhos, sofreram muito com as remoções devido às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com a homenageada, a iniciativa não trouxe benefícios à favela, já que as enchentes, a falta de saneamento básico, entre outros problemas causados pela ausência de infraestrutura, continuam afetando os moradores. Porém, o PAC não chegou sozinho a Manguinhos.

Em outubro de 2012, foi inaugurada a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) local, trazendo mais angústia e dor no território, principalmente, para Ana Paula, já que, em maio de 2014, teve sua vida atravessada por mais uma violência de Estado, dessa vez, pela violência policial. Johnatha, o seu filho mais velho, aos 19 anos, foi assassinado com um tiro nas costas, disparado por um policial militar lotado na UPP Manguinhos. Quando perdeu seu filho, Ana Paula achou que não resistiria a tamanha dor, e foi amparada por outras mulheres pretas da favela após ver, no dia seguinte ao



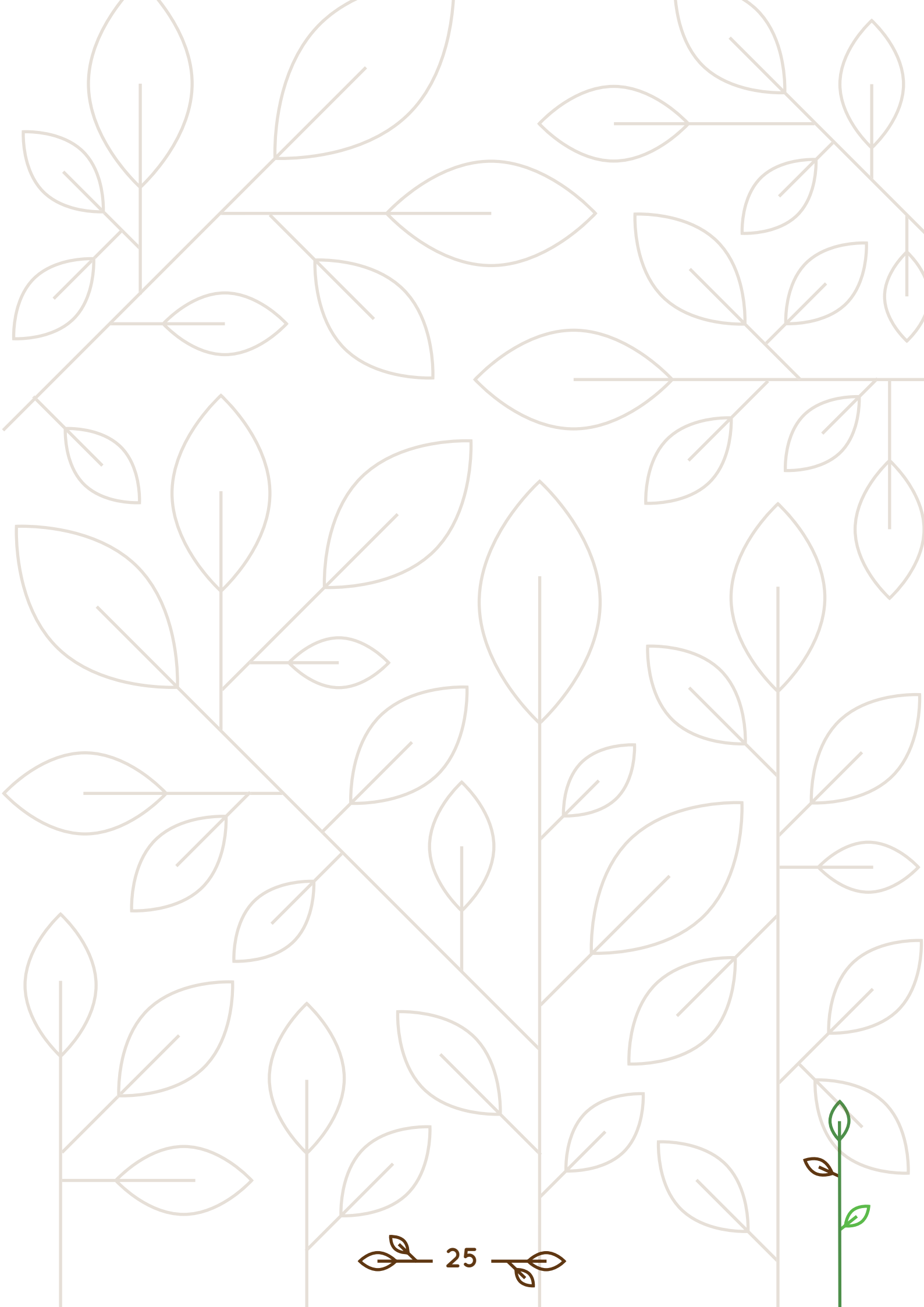
“Existe um genocídio da população preta em curso no nosso país”

assassinato, a mídia dando ênfase à versão da polícia de que o seu filho teria sido “baleado numa troca de tiros”. Naquele momento, falou para ela mesma que lutaria por justiça, pela verdade e pela memória de Johnatha, porque jamais o deixaria se tornar apenas mais um número para estatística da letalidade policial no Rio de Janeiro.

E, assim, tem sido a sua luta nesses anos. Ainda em 2014, após o assassinato de Johnatha, Ana Paula se tornou integrante do primeiro movimento que a acolheu no auge de sua dor, o Fórum Social de Manguinhos. Em seguida, no mesmo ano, fundou, ao lado de Fátima Pinho e Patrícia Oliveira (sua irmã), o Movimento Mães de Manguinhos, um coletivo que tem por objetivo acolher, apoiar, orientar, inserir mães em uma rede de apoio, a fim de buscar justiça e fazer formação política com outras mulheres e familiares de vítimas da violência de Estado. O coletivo busca disseminar informações acerca das violências vivenciadas, considerando os direitos negados, inclusive o direito à vida, sobretudo por causa da cor da pele, classe social, local de moradia. “Existe um genocídio da população preta em curso no nosso país”, destaca a homenageada.

Ana Paula se tornou uma defensora de Direitos Humanos, co-fundadora e coordenadora do movimento Mães de Manguinhos e integrante do Fórum Social de Manguinhos. O seu grito por justiça e pelas vidas nas favelas inspira muitas mulheres negras a se levantarem contra o genocídio do povo negro nas favelas e periferias do Brasil. Hoje, ela agradece ao Johnatha e à Maria Paula, pois, por ele e por ela, luta para que outras mães de favelas não percam os seus filhos.



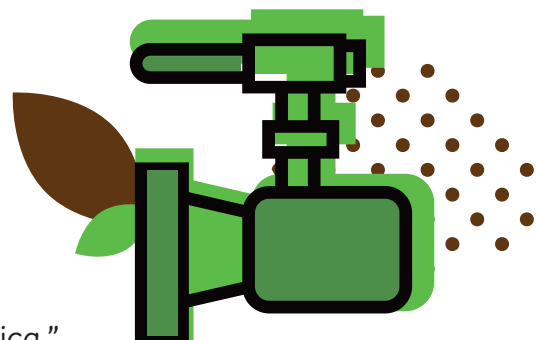


CAMILA DE MORAES



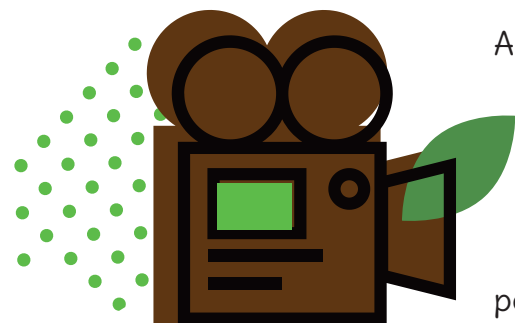
..... **CAMILA** de Moraes é gaúcha radicada em Salvador, cineasta, jornalista e graduanda no curso de Bacharelado Interdisciplinar de Artes com concentração em audiovisual, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Desde cedo, foi motivada pela família a refletir sobre questões sociais e raciais, crescendo entre artistas e militantes do movimento negro. Sua mãe, Vera Lopes, é atriz, e seu pai é o jornalista e o roteirista Paulo Ricardo de Moraes, de forma que ela encontrou no cinema um mecanismo para dialogar e levar à frente debates reflexivos acerca de pautas pela valorização da população negra.

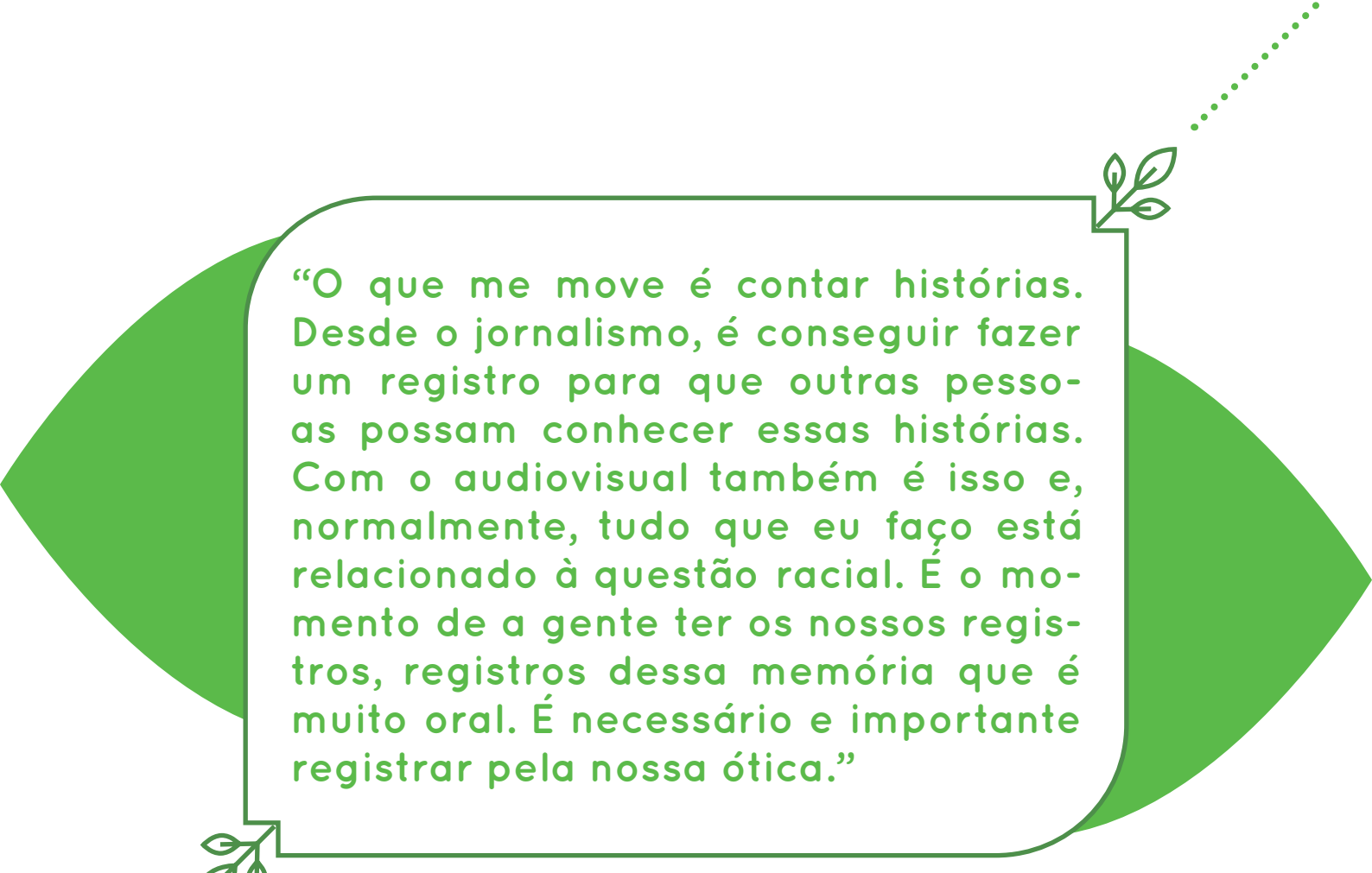
Camila lembra que: “O que me move é contar histórias. Desde o jornalismo, é conseguir fazer um registro para que outras pessoas possam conhecer essas histórias. Com o audiovisual também é isso e, normalmente, tudo que eu faço está relacionado à questão racial. É o momento de a gente ter os nossos registros, registros dessa memória que é muito oral. É necessário e importante registrar pela nossa ótica.”



Ela foi diretora do documentário “O Caso do Homem Errado”, pré-selecionado para representar o Brasil e concorrer ao prêmio de Melhor Filme Estrangeiro no Oscar de 2019) e que conta a história de Júlio César, assassinado pela Polícia Militar do Rio Grande do Sul ao ser confundido com um assaltante em 1987, em Porto Alegre. Camila encontrou nesse gênero um meio de apresentar um debate e tentar entender a trajetória das pessoas. Quando esse projeto especificamente foi desenvolvido, o objetivo foi fortalecer movimentos para evidenciar que, sim, vidas negras importam. O documentário obteve circulação nacional, está em duas plataformas de streaming no Brasil, disponível para 17 países da América Latina e na programação de um canal de televisão. Com esse circuito de exibição, foi possível tecer diálogos a respeito das questões raciais, afirmando o poder do envolvimento ao almejar igualdade e equidade.

Além dessa obra, Camila também dirigiu os curtas-metragens “A Escrita do Seu Corpo”, sobre identidade racial e de gênero, por meio da poesia, e “Mãe Solo”, que conta a rotina de mulheres e mães pretas de comunidades da cidade de Salvador, por meio de relatos autorais de suas vivências, evitando os estereótipos que as cercam.





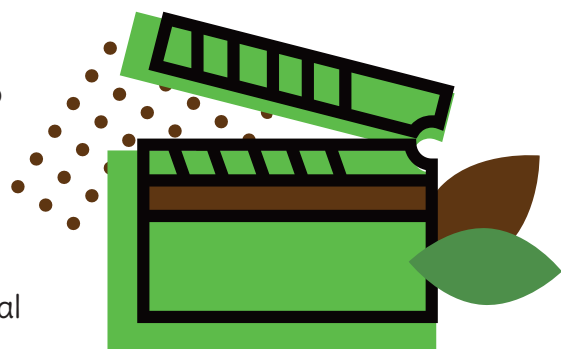
“O que me move é contar histórias. Desde o jornalismo, é conseguir fazer um registro para que outras pessoas possam conhecer essas histórias. Com o audiovisual também é isso e, normalmente, tudo que eu faço está relacionado à questão racial. É o momento de a gente ter os nossos registros, registros dessa memória que é muito oral. É necessário e importante registrar pela nossa ótica.”

Uma das principais vertentes das obras de Camila de Moraes é descortinar a pluralidade de mulheres negras, na tentativa de mostrar que nem todas elas estão em uma “caixa” de similaridade, considerando que cada uma possui as suas particularidades.

A homenageada se tornou a segunda diretora negra brasileira a estrear um filme em circuito comercial, denunciando o genocídio da juventude negra. O filme em questão foi “O caso do homem errado” e, de acordo com Camila:

“Foi um filme realizado sem recurso público, de uma maneira muito cooperativa, de quilombo, de pensar coletivamente como enfrentar a engrenagem do audiovisual. Ele tem a relevância de mexer com valores e olhar com uma lupa a história a contrapelo, revisando-a profundamente, sem medo.”

Camila de Moraes idealizou e fez a curadoria do Festival de Cinema Negro em Ação, evento que acontece desde 2019 e reúne filmes realizados por pessoas negras de todos os estados brasileiros. Trata-se de um projeto que acredita e pensa ações para mudar a estrutura do meio audiovisual



para que pessoas negras ocupem mais esta área. Ao criar perspectivas e dar ênfase para novos realizadores negros, a cineasta move as estruturas de uma sociedade acometida pelo racismo estrutural e, com isso, muda o rumo e as organizações do cinema nacional. É uma trajetória que abre caminhos para os iniciantes e inspira os mais experientes, como destaca a homenageada: “A gente só muda quando tem informação e o cinema é uma ferramenta de informação”





CARLA AKOTIRENE




..... **CARLA** Adriana da Silva Santos, mais conhecida como Carla Akotirene, é doutora em Estudos Feministas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e consultora em políticas públicas.

Ela é formada em Serviço Social e desenvolve estudos sobre feminismo negro, racismo estrutural, equidade de gênero e interseccionalidades, tendo publicado pela Editora Jandaíra os seguintes livros: “O que é interseccionalidade?”, pela Coleção Feminismos Plurais, coordenada por Djamila Ribeiro; e “Ó Paí Prezada! Racismo e sexismo tomando bonde nas penitenciárias femininas de Salvador”, baseado em sua dissertação de mestrado.

A homenageada é idealizadora da Opará Saberes, iniciativa voltada à capacitação de candidaturas negras, em especial de mulheres, ao mestrado e doutorado em universidades públicas. Carla também tem em sua trajetória uma atuação na saúde municipal, atendendo mulheres vítimas de violências domésticas.



“Sou a primeira pessoa da família a terminar o ensino superior, a fazer o mestrado e doutorado, porque minha mãe imprimiu em mim o ensinamento que eu não estou aqui só para trabalhar na casa dos brancos e das brancas. A gente não está aqui só para trabalhar em casa de família. Eu faço a reflexão de que eu também faço parte de uma casa de família, de uma família que tem raízes e que veio aqui para fazer jus a uma abundância que foi retirada de nós”



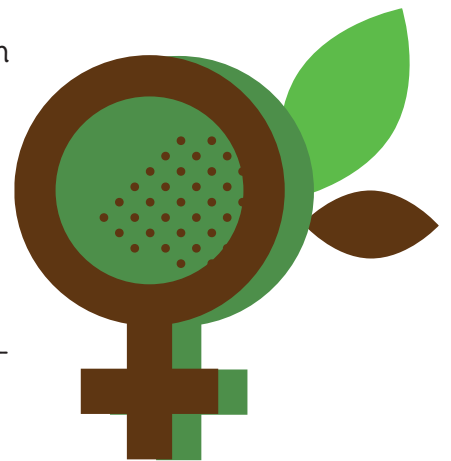


A homenageada é filha de Tânia Maria Rodrigues da Silva e de Carlos Antônio Santos, um casal negro cheio de desafios para lidar com o enfrentamento da dependência do álcool e da escassez. Segundo Carla, sua família, só de pessoas negras, foi capaz de fomentar nela uma vontade de honrá-los em termos de educação.

Ela lembra: “Sou a primeira pessoa da família a terminar o ensino superior, a fazer o mestrado e doutorado, porque minha mãe imprimiu em mim o ensinamento que eu não estou aqui só para trabalhar na casa dos brancos e das brancas. A gente não está aqui só para trabalhar em casa de família. Eu faço a reflexão de que eu também faço parte de uma casa de família, de uma família que tem raízes e que veio aqui para fazer jus a uma abundância que foi retirada de nós. Não tenho muitas lembranças de minha mãe me abraçando, me dando afeto, porque a vida inteira trabalhava fazendo faxina na casa das brancas, nas casas de família e painho lidando com desemprego. E, por consequência desse desemprego, veio a dependência de álcool e de outras substâncias, experiência com cadeia e hoje ambos estão aposentados por problemas de saúde mental. São essas facetas do colonialismo moderno que me atravessam e que me constitui uma militante antirracista e uma feminista negra, como alguém que acredita na família negra. O nome Akotirene é alusão a uma liderança quilombola que resistiu ao projeto de colonização e escravização e eu me vejo muito nesse lugar”.

O letramento racial de Carla Akotirene adveio de um pré-vestibular popular, pois, mesmo sendo retinta, não se dizia preta, considerava-se morena escura. Ela, na época, afirmava que no Brasil não havia racismo, pensava que as cotas raciais eram esmolas e negava qualquer menção à questão racial. Porém, aos 18 anos, Stephen Bantu Biko e Makota Valdina, duas referências para a homenageada, despertaram nela mudanças de ideias.

No Ensino Médio, Carla cursou Patologia Clínica e achava que era o suficiente. Trabalhou como cordeira no Bloco Afro Ilê Ayê e hoje possui formação em Serviço Social, devido à possibilidade democrática com a nota do Enem. Carla Akotirene segue em frente lutando, a fim de construir uma coletividade maior entre o povo negro e, assim, destaca: “Numa panela de feijão, dá para colocar água para comer mais duas ou três pessoas. Nós somos essa água no feijão. Essa é a nossa sabedoria. Não somos uma hóstia na boca de cada um, pois não somos egoístas. Somos uma comunidade”.





CECÍLIA IZIDORO

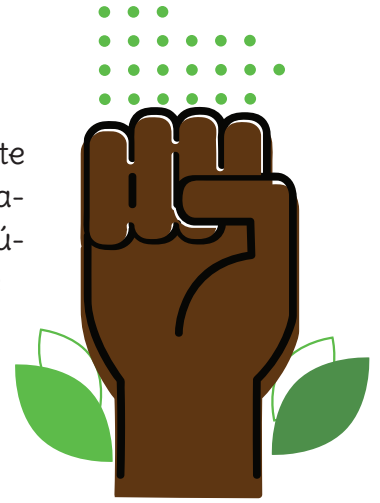


CECÍLIA Maria Izidoro Pinto nasceu em um dia de temporal. Primogênita de Alberto e Liliam, era chuva, água e temporal na cidade do Rio de Janeiro, no Bairro de Fátima, onde se situa o Hospital da Cruz Vermelha. Seu pai esperava que nascesse George Alberto. E, nesse nome, ele juntava tudo: a sua devoção pelo santo padroeiro e a composição com o seu nome. Mas, a urgência era, antes de tudo, resolver o parto difícil e doloroso que a esposa estava tendo. Não houve jeito dócil de encarar a indiferença do anestesista. “Levante-se e cuide da minha mulher e, se meu filho morrer, nem sei o que faço com o senhor”. Essas foram as ameaças do pai aflito, o que remete a tantas situações como essa que se repetem na vida de pessoas negras na saúde, quando já se começa brigando para nascer. Um parto difícil, sofrido, com a sonoplastia de chuva, raio e vento. Ela nasceu nesse clima, abençoada por Oyá, mulher, batizada Cecília, tão amada pelo pai quanto seria George Alberto. De roxa, pela falta de oxigênio, à parda na certidão de nascimento, o seu pai foi, sem dúvida, um grande amor, que teve a honra de cuidar até sua passagem.

“Era o estudo meu refúgio das piadas, dos apelidos repetidos entre uma brincadeira e outra durante a infância. Algumas coisas me marcaram até meus 18 anos: livros, dança e violão. Sobreviver ao racismo só com arte ou sucumbimos.”

O seu núcleo central familiar é pequeno e composto por mulheres. Sua irmã mais nova, Lília, a presenteou com dois sobrinhos. Em algum ponto da vida, Lília e Cecília resolveram usar o sobrenome Izidoro, para ressignificar o nome da mãe, com uma história que lembra a de muitas pessoas negras no Brasil. Izidoro era o nome do dono da avó de Cecília, nascida na época da lei do ventre livre. Apenas dois nomes: Maria Izidoro. Ela não conheceu a avó materna, que morreu com 50 anos, lavando, passando e cuidando da casa das pessoas. Hoje, toda a família é Izidoro por resistência, amor e honra ancestral.

Boa leitora, estimulada pela matriarca, professora e assistente social, Cecília passou pelo ensino fundamental sem dificuldades. De acordo com a homenageada: “Era o estudo meu refúgio das piadas, dos apelidos repetidos entre uma brincadeira e outra durante a infância. Algumas coisas me marcaram até meus 18 anos: livros, dança e violão. Sobreviver ao racismo só com arte ou sucumbimos”.



Estudava nos intervalos entre o estágio e o emprego, ingressando na Força Aérea Brasileira, na primeira turma de sargentos da saúde. Cecília mora na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, e ama o seu bairro, porque cada lugar lembra a sua trajetória. Ela se desenvolveu profissionalmente entre salas de cirurgia e a adrenalina das emergências e o racismo sempre entremeou a sua vida, dentro e fora do hospital. Mas, por um mecanismo de defesa que, hoje, acredita ser essa assertividade de Oxóssi, o seu pai, formou-se na Universidade Federal Fluminense (UFF) como enfermeira e, seis anos depois, ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para ser docente. Passou 29 anos dentro do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, ensinando, ouvindo e cuidando nos imensos corredores do centro cirúrgico, e nunca fez apenas uma tarefa.

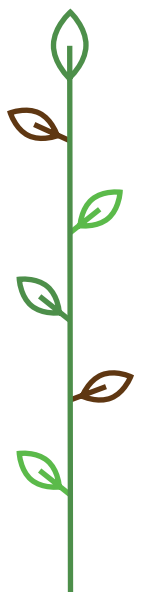
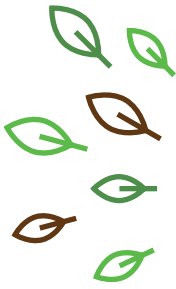
Estudar a dor acabou por levar a homenageada aos pacientes com doença falciforme, ao Ministério da Saúde e aos países da África para oferecer treinamentos. Foi, assim, a primeira vez que ela saiu do Brasil e viu que podia mais do que já fazia, se colocando fora do racismo imobilizante que a limitava na academia. Também ganha destaque na trajetória de Cecília a luta antirracista, para a heteroidentificação e, atualmente, ela está na Superintendência Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade da UFRJ.

Na pandemia de Covid-19, Cecília ficou na linha de frente e uma ideia se tornou fixa: “Não tenho mais a dar do que a mim mesmo, pois o meu corpo foi palco de uma experiência única que persiste em vida: a Covid-19. Num país onde reina a violência racial, o negacionismo, o racismo cotidiano e as disparidades sociais, quem são aqueles que nos importa viver?”. Essa experiência como mulher negra no cuidado em saúde também possibilitou uma maior dedicação à leitura, resignificando conceitos, encaminhando outras possibilidades de ver a vida preta na Enfermagem. Ângela Davis, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, Fátima Lima, Grada Kilomba e Achille Mbembe, entre outros escritores se assentaram com as suas experiências de vida como mulher preta na



saúde, levando Cecília a refletir e avaliar os sistemas de opressão sobre os corpos das mulheres negras e a exigir o conhecimento das epistemologias pretas na saúde.

Cecília Izidoro, enfermeira por profissão e convicção, preta, filha de Alberto Pinto e Liliam Izidoro, mãe de Heloisa, o seu amor e tesouro, filha de Oxóssi e Oyá. Segundo ela: “Não me faltou rumo e coragem, mesmo diante do racismo nosso de todo dia.”. Formou-se ainda mestre em Educação para as Ciências da Saúde e doutora em Enfermagem pela UFRJ, coordenando disciplinas no contexto das relações étnico-raciais e saúde e integrando o Movimento Negro Unificado e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Ela segue, na coletividade, atuando na Câmara de Políticas Raciais, na Comissão de Heteroidentificação e no Coletivo de Docentes Negros da UFRJ. “Ifá ensina a importância do que se deve fazer para melhorar a sua vida: conhecer o seu próprio destino e dali alinhar o seu Ori a encontrar as respostas para a paz e tranquilidade no seu destino identificando a sua vocação. Ifá sabe de todas as coisas”.



CHRISTINA MORAIS



CHRISTINA Maria de Queiroz de Jesus Morais, mais conhecida como Christina Maria Queiroz de Jesus ou Christina Xavier, é engenheira química, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1981. Especializou-se em Ciências Nucleares pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1982, tendo ainda mestrado em Bioquímica pela UFRJ (1998) e doutorado em Vigilância Sanitária pela Fiocruz (2009).

“Esta não é uma história comum e nem fácil. Tudo é mais complexo para uma mulher negra no Brasil, (...) um belo currículo, poderiam dizer. E poderia ser ainda melhor se não fossem as amarras do racismo estrutural brasileiro e vocês vão entender mais adiante. Persisti, pois desistir nunca foi uma opção.”

Christina Xavier atuou como tecnologista em Saúde Pública por 33 anos, no Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS/Fiocruz), tendo publicado artigos em revistas científicas nacionais e internacionais e atuado na docência e em congressos científicos. Ministrou aulas, palestras, presidiu mesas-redondas em congressos e passou por estágio internacional.

Ao lembrar sua trajetória, a homenageada destaca: “Esta não é uma história comum e nem fácil. Tudo é mais complexo para uma mulher negra no Brasil, (...) um belo currículo, poderiam dizer. E poderia ser ainda melhor se não fossem as amarras do racismo estrutural brasileiro e vocês vão entender mais adiante. Persisti, pois desistir nunca foi uma opção”.

Christina é filha da atriz Chica Xavier e do ator Clementino Kelé, ambos baianos, de Salvador, que chegaram ao Rio de Janeiro em 1953. A mãe veio para estudar teatro e o pai acompanhou o amor de sua vida. “Aprendi com eles que a educação seria a única forma de ter uma vida digna e alcançar os meus sonhos. Minha existência é um ato político,

sendo uma mulher negra com letramento racial desde criança”. Ela é casada com Ernesto Theodoro de Moraes e é mãe do jornalista e ator Ernesto Xavier e da atriz e assistente social Luana Xavier. É uma mulher de axé, da Umbanda.

Ao se aposentar, Christina começou a se dedicar às artes, sempre pensando em sustentabilidade. Passou a desenvolver móveis e artigos de decoração a partir de materiais recicláveis como paletes, caixotes de feira, papelão e pneus. Gosta de se reinventar e criar algo do zero, e a costura a pegou pelo coração. Hoje, confecciona roupas autorais usando tecidos africanos. As lembranças de sua mãe na máquina de costura fazendo roupas para Christina e os irmãos a inspirou e, a cada vez que produz um novo modelo, é como se ela estivesse em sua presença. “Em uma família de artistas, eu não poderia ficar para trás. Passei a ser conhecida artisticamente como Christina Xavier. Assim como meus filhos adotaram o sobrenome de mamãe, eu também comecei a utilizá-lo. É como um amuleto.”

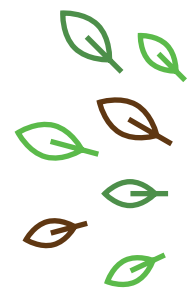


Pela sua alegria de viver, algumas pessoas começaram a segui-la nas redes sociais e ela apresenta seu cotidiano de exercícios físicos, pratos que cozinha, roupas que cria e algumas danças e paródias. Seus pais, além de atores, eram servidores públicos federais pelo então Ministério da Educação e Cultura e ela cresceu os vendo conciliar o cargo público e os papéis em novelas, filmes e peças de teatro. Com essa rotina de muito trabalho, eles conseguiram dar uma vida digna para Christina e os seus irmãos Izabela e Clementino Junior. Ela sempre estudou no ensino público, cresceu na Zona Sul do Rio de Janeiro e fez curso particular para se preparar para o vestibular. No curso de Engenharia Química na UFRJ era a única estudante negra entre 120 alunos.

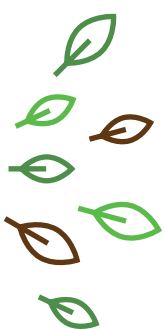


Por falta de oportunidades de emprego após a graduação, ingressou no mestrado em Biociências Nucleares, no Instituto de Biofísica da UERJ. Quando começou as análises experimentais da dissertação, foi admitida no INCQS/Fiocruz, como tecnologista 1 (para quem tinha nível superior). Em 1983, trancou o mestrado, ficando com o título de Especialização em Biociências Nucleares. Aliás, nesse curso também era a única negra: “Pode parecer repetitivo, mas ao entrar no INCQS, eu também era

a única negra no cargo de tecnologista entre todos os funcionários do Instituto. Durante sete anos, permaneci nessa função, apesar de já ter ingressado na Fiocruz com pós-graduação e ter participado de vários congressos, seminários, e publicado artigo em revista científica. A luta para conseguir superar esses obstáculos era diária. E essa é apenas uma das batalhas. Cheguei a escutar que, morando longe do trabalho, com marido e dois filhos, eu não conseguiria fazer o doutorado. No entanto, me tornei a primeira Doutora negra em Vigilância Sanitária do Brasil”.



Em paralelo às pesquisas na área de controle de níveis de aditivos, contaminantes e organismos geneticamente modificados em alimentos, a homenageada participou de Comissões e Comitês importantes, como a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) do INCQS. Politicamente, integrou o Conselho Deliberativo do INCQS, a comissão eleitoral para presidência da Fiocruz e o Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz.



Em 1992, estagiou no Institute of Food Research, em Norwich, com o projeto de desenvolvimento de método enzimático para detecção e dosagem de agrotóxicos em alimentos. Tudo isso só foi possível, pois desde nova se interessava por idiomas. Estudou inglês e francês na adolescência, além de latim no colégio. Terminou o curso de inglês ainda jovem, mas fez francês e espanhol já na fase adulta. Essa expertise no exterior forneceu subsídios para concorrer ao mestrado. Assim, durante 1994, cursou cadeiras como ouvinte no Instituto de Química para o processo seletivo do mestrado em Bioquímica. Mais uma vez, ela era a única aluna negra no curso.

“Única mulher negra na graduação, no nível de qualificação no trabalho, na especialização, no mestrado e no doutorado. Este nunca foi meu desejo. Por isso, atuava no Comitê Pró-Equidade em Gênero e Raça da Fiocruz e sempre buscava auxiliar estagiários e aprendizes, para que as novas gerações fossem mais diversas, fossem mais parecidas comigo. Desde, então, venho recebendo homenagens a partir da minha trajetória. É uma grande alegria saber que todo meu esforço pode servir de inspiração para novas cientistas, especialmente negras. Nada foi em vão. Assim como ensina a filosofia Ubuntu: o bem-estar e a felicidade individual está diretamente ligada ao bem-estar e felicidade do outro. Significa acreditar em uma humanidade comum e compartilhada. Estarei feliz quando meus irmãos também estiverem. Estarei satisfeita quando meus semelhantes puderem ser o que quiserem, quando estiverem realizados.”



CONCEIÇÃO EVARISTO



MARIA da Conceição Evaristo de Brito, mais conhecida como Conceição Evaristo, é escritora, romancista, poeta, ganhadora do prêmio Jabuti (2015). É filha de dona Joana e, aos sete anos, passou a morar com a tia Maria Filomena da Silva, considerada sua segunda mãe. Sua tia era casada com Antônio João da Silva, o Tio Totó, e não tiveram filhos. A homenageada foi acolhida por eles, para que sua mãe tivesse uma boca a menos para alimentar, pois os dois passavam por menos necessidades. Foi nesse período que a possibilidade de estudar se ampliou para Conceição. Mineira de Belo Horizonte, nascida em 1946, morava em uma favela antes de morar com a tia, localizada bem próxima ao centro da cidade, tendo no entorno um bairro de classe média, o que evidenciava a disparidade socioeconômica e o apartheid geográfico, em uma região marcada pela pobreza e a presença de pessoas negras.

“Ser professora foi sempre o meu desejo, talvez eu nunca tivesse me imaginado como escritora, mas como professora, desde criança, começando por ajudar nos deveres dos meus irmãos. Então, eu comecei a ajudar as crianças vizinhas, aí eu já dava aula e montava uma salinha de aula no fundo do meu quintal. Algumas mães me pagavam umas pratinhas, outras não podiam. Ser professora para mim foi uma opção, um desejo desde criança”

Na escola, Conceição viveu de forma mais intensa a desigualdade, e o racismo foi uma experiência muito concreta no seu cotidiano, com uma percepção muito grande da diferença entre pobres e ricos. O colégio foi cruel nesse sentido para a escritora. O espaço possuía dois andares e, na parte de cima, ficavam as turmas escolares de estudantes que recebiam medalhas, com um melhor desenvolvimento e que não repetiam a série.

No andar de baixo, que era o porão da escola, estavam as salas fisicamente mais abafadas, nada confortáveis, apesar dos janelões que davam para a rua. Nas salas de cima, coincidentemente, estavam os meninos brancos, as crianças impecáveis, as que recebiam as medalhas, aquelas que, quando tinha coroação de Nossa Senhora, eram as que se vestiam de anjinho. Na parte de baixo, estavam as crianças semelhantes à Conceição e a seus irmãos.



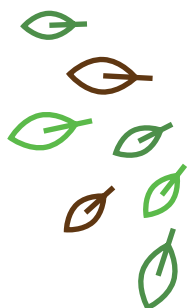
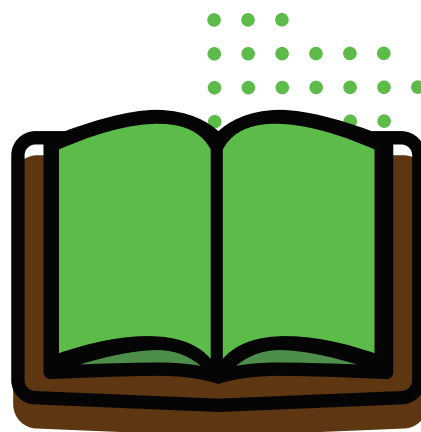
Como uma excelente aluna, ao terminar o primário, Conceição ganhou o seu primeiro prêmio de literatura em um concurso de redação. O seu texto tinha como título “Por que me orgulho de ser brasileira?”. A paixão pela literatura veio muito cedo, principalmente, a partir da oralidade das histórias que ela ouvia dentro de casa. Sua mãe, tia e tios gostavam de contar casos e Conceição destaca: “ser professora foi sempre o meu desejo, talvez eu nunca tivesse me imaginado como escritora, mas como professora, desde criança, começando por ajudar nos deveres dos meus irmãos. Então, eu comecei a ajudar as crianças vizinhas, aí eu já dava aula e montava uma salinha de aula no fundo do meu quintal. Algumas mães me pagavam umas pratinhas, outras não podiam. Ser professora para mim foi uma opção, um desejo desde criança”.

Conceição se formou professora e em 1973 se mudou para o estado do Rio de Janeiro, onde reside até hoje. Em 1980, a homenageada se tornou mãe de sua única filha, Ainá. Fez mestrado em 1996, doutorado em 2011 e toda a sua carreira profissional e literária aconteceu em solos fluminenses. O primeiro livro que escreveu foi “Becos de Memória”, finalizado em 1988, publicado em 2006, somente 18 anos depois, e que trata de sua relação com a família. Já a primeira publicação lançada pela autora foi “Ponciá Vicêncio”, em 2003. O livro de Conceição vencedor do

prêmio Jabuti foi “Olhos d’água”, em 2015, e ela também recebeu o troféu Juca Pato de Intelectual do Ano, em 2023, com a publicação “Canção para ninar menino grande”, tendo também entrado mais recentemente na Academia Brasileira de Cultura. Conceição foi enredo da Escola de Samba Acadêmicos da Abolição, em 2018, e segue como intelectual negra referência.



Em julho de 2023, Conceição inaugurou um espaço cultural, a Casa Escrevivência, resultado de um projeto de ter um local onde pudesse disponibilizar o seu acervo bibliográfico e artístico. A Casa está localizada no Largo da Prainha, no bairro Saúde, região portuária do Rio de Janeiro, além de reunir diversas obras, agrega o conceito de escrevivência, uma escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria da autora e do seu povo. A homenagem destaca: “É muito simbólico. A gente quis muito. Desde o projeto da Casa, nós pensamos nesta geografia afetiva que tem a ver com a história negra. Essa região chamada Pequena África, estar ali é celebrar a nossa lembrança de dor que a gente transforma em uma lembrança de resistência”.



DIDA

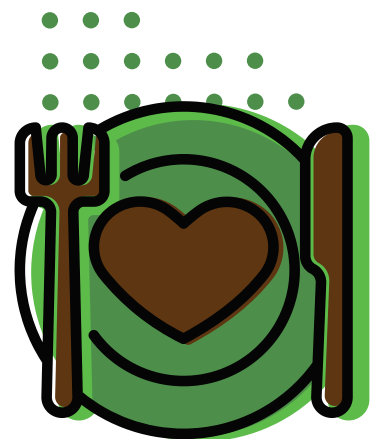


DIDA Nascimento é economista e cozinheira.

Após 35 anos de trabalho em uma multinacional, realizou um grande sonho que era abrir o Dida Bar e Restaurante, que nasceu com a proposta de apresentar música e comida de qualidade, inspirando-se na gastronomia africana e na culinária nordestina brasileira.

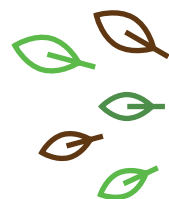
Como Sankofa, aprender com o passado para transformar o presente e avançar no futuro, Dida sentiu a necessidade de trazer um pouco mais da mãe África para o Brasil e saber se aprofundar em conhecer sua origem. Em 2018, fez a primeira viagem para o continente africano, em busca de temperos, sabores e saberes, visitando Moçambique e África do Sul. Em 2019, foi ao Senegal e Marrocos, trazendo experiências maravilhosas.

Em 2018, foi honrada com a medalha Chiquinha Gonzaga, uma distinção entregue pela vereadora Marielle Franco. Atualmente, é integrante associada do Instituto Casarão, além de ser uma das figuras centrais no Didas Bar e Restaurante, situado na zona Norte do Rio de Janeiro.



“Nossos colaboradores negros trazem consigo um conhecimento ancestral enraizado em uma profunda conexão com África. Eles carregam consigo o saber transmitido por suas famílias e a reprodução dos ensinamentos de seus griôs e anciãos, resultando em uma valiosa troca de experiências. O mercado relacionado à cultura negra é vasto e ainda oferece muitas oportunidades a serem exploradas.”

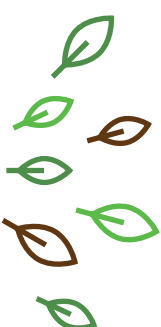
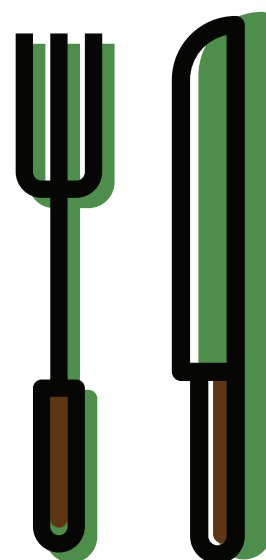
As atividades culturais do bar, com forte influência africana, desempenham um papel significativo na economia local. O Didas Bar e Restaurante mantém um compromisso constante com a cultura africana e Dida viaja à África de duas a três vezes por ano, explorando diversos países em busca de novas experiências culturais e conhecimentos para enriquecer nossa própria herança cultural.



A ideia de estabelecer o bar surgiu há mais de duas décadas, motivada pela crença de que poderia contribuir de forma significativa para esse mercado, pois sua família já estava envolvida em atividades culturais. A mãe de Dida realizava rodas de samba em seu bar e ela enxergou isso como uma oportunidade valiosa que poderia abraçar de coração e alma.

Cada empresa é moldada por sua visão, missão e valores, e aquelas fundadas por pessoas negras estão, cada vez mais, reconhecendo a necessidade e a importância de incorporar seus valores e missões na diáspora africana e na cultura negra em geral. Em seu restaurante, Dida busca não apenas resgatar a culinária, mas também a cultura negra como um todo, uma cultura que, muitas vezes, foi explorada, principalmente no contexto do samba. No entanto, havia outras áreas de mercado, como o próprio Carnaval, que precisavam ter mais participação do povo negro. Como economista, Dida percebeu a oportunidade de aproveitar essa experiência de mercado para criar um projeto para o bar, avaliando sua viabilidade econômica, considerando que o seu enfoque é o de uma empreendedora negra com competências em finanças.

“O desafio de encontrar pessoas dispostas a aprender e contribuir para a promoção da cultura africana é significativo. Em qualquer empreendimento, é essencial realizar um estudo econômico, pois construir um negócio é uma tarefa difícil. Muitas vezes, também requer um pouco de sorte. Nossos colaboradores negros trazem consigo um conhecimento ancestral enraizado em uma profunda conexão com África. Eles carregam consigo o saber transmitido por suas famílias e a reprodução dos ensinamentos de seus griôs e anciãos, resultando em uma valiosa troca de experiências. O mercado relacionado à cultura negra é vasto e ainda oferece muitas oportunidades a serem exploradas”, destaca a homenageada.



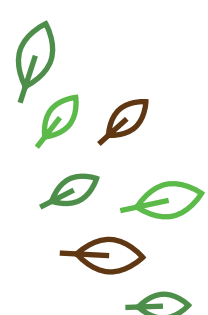
As pessoas que frequentam o Didas Bar são movidas pela sede de conhecimento, pela fome de cultura e pela curiosidade incessante. Buscam, urgentemente, reconhecer e abraçar sua identidade negra e africana, uma identidade, frequentemente, apagada em nossa sociedade.

O número de empresas lideradas por pessoas negras está em constante crescimento e, por isso, para Dida: “Nosso restaurante temático, com sua abordagem vanguardista e afrocentrada, desempenhou um papel fundamental na renovação e valorização desse crescente empreendedorismo negro”.




ELIZABETH SEZINANDO






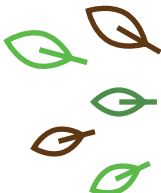
ELIZABETH Therezinha Passos Sezinando é uma mulher negra nascida na cidade do Rio de Janeiro, nos anos 1950, oriunda de família humilde. O seu pai era porteiro e a mãe, lavadeira, e ambos só sabiam ler, escrever e contar. Teve uma infância de brincar na rua, e sempre acompanhava a mãe nas lavagens de roupas no rio Trapicheiros, no bairro da Tijuca. E se encantava com a água límpida. Brincava, tomava banho, “pescava” girinos. De acordo com a homenageada: “estar nas águas do rio era a minha maior alegria na infância”. O seu pai também exerceu a profissão de jardineiro em troca de moradia. Ela cresceu em uma rua com casas bonitas, com grandes jardins e algumas até com piscina. A dela era diferente: tinha dois cômodos, e a cozinha e o banheiro ficavam fora da residência.



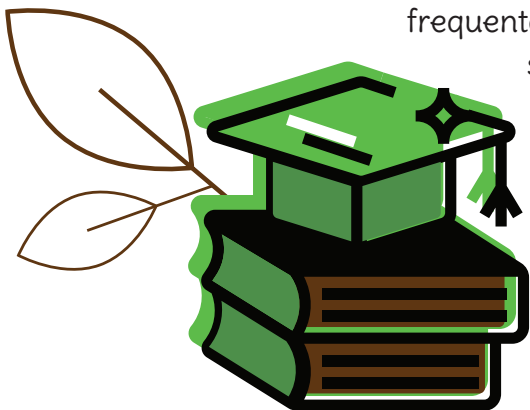
“A realização das pós-graduações me fortaleceu de uma forma gigantesca, pois na escola pública existe uma competição, um olhar perverso de alguns da comunidade escolar e a minha formação profissional me potencializava. E a minha condição de mulher, professora negra e humilde que sofreu discriminação no Instituto de Educação e no percurso do magistério me proporcionou a dimensão que sou capaz de fazer muito mais do que me fizeram acreditar até então.”



Em 1966, Elizabeth iniciou os estudos na escola pública Tijuca, e concluiu em 1977 o curso de formação de professores, atualmente chamado curso normal, no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, na Praça da Bandeira. Em 1970, seu pai faleceu e tudo mudou. Conheceu um outro lado da cidade, o subúrbio, e foi morar na Cidade Alta, no bairro de Cordovil, mas continuou estudando no Instituto de Educação, percorrendo uma distância grande de sua nova casa até a escola.

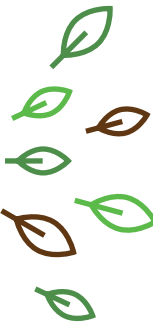


Ela ingressou no Instituto de Educação após concluir o ginásio (atual Fundamental II), e também depois de um processo seletivo muito disputado na época. O Instituto tinha uma estrutura grande, com muitas salas de aula, quadras de esporte, gabinete médico, teatro, e era um grande sonho para homenageada estudar lá. No entanto, a primeira barreira que enfrentou foi o uniforme. No segundo mês de aula, só era possível frequentar a escola com a vestimenta obrigatória e sua mãe se endividou para poder providenciar. De acordo com Elizabeth, ela se sentia belíssima com o “uniforme de gala”.



E ela conheceu mais dificuldades para estudar: “Como me tornar professora sem condições financeiras para adquirir os materiais necessários?”. Graças a um apoio financeiro do Instituto, recebeu material e alimentação. Ainda tinha o desafio para pagar quatro passagens diárias no trajeto de ida e volta de casa para a escola. E, na maioria das vezes, ela andava um longo percurso para pegar o trem, que custava a metade do preço do ônibus.

Foi no Instituto de Educação que Elizabeth percebeu que a cor de sua pele fazia a diferença naquele espaço, onde a maioria das pessoas tinha a tez clara e algumas alunas se distanciavam dela, assim como alguns educadores que também faziam acepção de estudantes. Ela foi orientada por uma professora-supervisora a alisar o seu cabelo black, pois, segundo lhe disse, não tinha um “bom aspecto” e podia a levar a reprovação nas aulas práticas. A professora em questão era negra e de cabelo alisado.



Após se formar como professora, iniciou, em 1978, sua trajetória profissional, em uma escola particular, em Cordovil. O desafio estava lançado: recém-formada e com uma turma de alfabetização, muitas dificuldades a fizeram compreender, literalmente, o que o saudoso Paulo Freire dizia sobre a “leitura do mundo”. Neste mesmo ano, buscou o curso de Estudos Adicionais, no Instituto de Educação, para aprender, ensinar e alfabetizar. Em 1982, obteve seu primeiro emprego público, resultado do concurso para a Prefeitura Municipal de Niterói, na comunidade da Engenhoca. Elizabeth logo percebeu uma grande diferença em relação à rede privada, tendo mais autonomia para desenvolver ações, sem imposição da direção e, neste lugar, foi se tornando e se formando professora alfabetizadora por mais de uma década.

Em 1985, Elizabeth conquistou a segunda matrícula no magistério, agora na rede estadual de educação, no bairro Boaçu, em São Gonçalo. Continuava o trajeto diário, via Ponte Rio-Niterói e, no final dos anos 1980, graduou-se em Pedagogia pela Faculdade Veiga de Almeida, firmando moradia em São Gonçalo em 1990.

No início do século XXI, ela cursou a primeira pós-graduação, em “Alfabetização dos Alunos das Classes Populares”, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Alguns anos depois, realizou a segunda pós, em “Educação e afro-brasileiros”, também na UFF. Ela destaca: “A realização das pós-graduações me fortaleceu de uma forma gigantesca, pois na escola pública existe uma competição, um olhar perverso de alguns da comunidade escolar e a minha formação profissional me potencializava. E a minha condição de mulher, professora negra e humilde que sofreu discriminação no Instituto de Educação e no percurso do magistério, me proporcionou a dimensão que sou capaz de fazer muito mais do que me fizeram acreditar até então”.

Para a homenageada, ela cumpriu parte do desafio como professora, buscando a (re)construção de sua identidade étnico-racial, e de novas identidades, que se podem assumir como sujeitos híbridos. Tudo isso perpassando pela alteridade, pelo olhar do outro, e reconhecendo o desafio como professora negra diante das estratégias de embranquecimento, que tentam fazer com que pessoas negras neguem suas origens, principalmente, de matriz africana.

Após a sua aposentadoria, nos anos de 2008 e 2012, Elizabeth tem se dedicado à Pastoral da Criança, buscando novos conhecimentos em cursos oferecidos pela Defensoria Pública e órgãos afins, possibilitando fortalecer seu apoio às famílias assistidas.



HÉDIO SILVA JR



HÉDIO

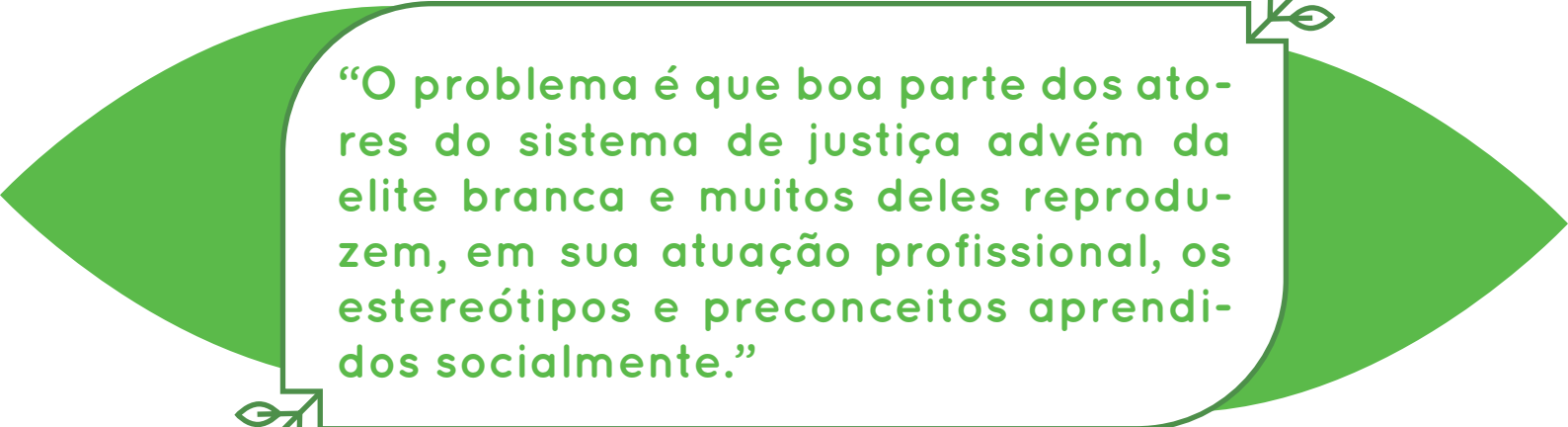
Silva Jr. é um advogado, forjado nas lutas do movimento negro contemporâneo, que foi para a universidade, escreveu alguns livros e não se recusa a defender, nos tribunais, os direitos do povo.

O homenageado trabalhou na construção civil dos 16 aos 20 anos, e não imaginava que um dia poderia alcançar tamanho respeito e reconhecimento, o que é motivo de imensa honra. O seu avô paterno era um preto analfabeto, ativo, sábio, “Comissário de Menores” (à época) e que, às vezes, contava histórias sobre os júris de que participava, como jurado. O que, certamente, segundo Hédio, pode ter acionado a curiosidade dele pelo universo forense.


Alguns anos atrás, Hédio foi indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em uma das maiores votações da história da entidade, para compor o Tribunal de Justiça, na cota reservada aos advogados, o denominado quinto constitucional. No entanto, o Tribunal concluiu que outros colegas que compunham a lista sêxtupla possuíam mais credenciais do que ele para se tornarem desembargadores.

Para o homenageado, a sociedade ainda tem grande dificuldade para lidar com pessoas pretas ativas que transitam em qualquer segmento, nos espaços de poder, sem abdicarem de sua identidade e de seus ideais. “Há muitos anos, participando de um júri, na condição de assistente de acusação, numa cidade do interior de Minas Gerais, o juiz me indagou se eu seria serventuário – apesar da beca e de estar sentado ao lado da promotora de Justiça, lugar destinado justamente aos assistentes de acusação. Mas não podemos generalizar, afirmar que o Judiciário é uma instituição racista, inclusive porque, não raras vezes, temos obtido vitórias judiciais importantes e emblemáticas em favor do povo preto e do povo de axé. O problema é que boa parte dos atores do sistema de justiça advém da elite branca e muitos deles reproduzem, em sua atuação profissional, os estereótipos e preconceitos aprendidos socialmente. Daí a importância de a educação escolar e o ensino jurídico tratarem adequadamente o significado da diversidade étnico-racial e os efeitos silenciosos e deletérios do racismo brasileiro, inclusive na administração da Justiça”.



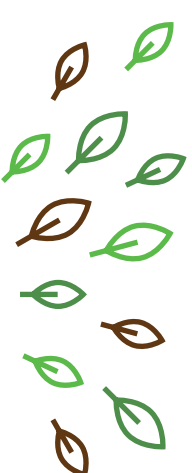


“O problema é que boa parte dos atores do sistema de justiça advém da elite branca e muitos deles reproduzem, em sua atuação profissional, os estereótipos e preconceitos aprendidos socialmente.”



Entre 2005 e 2006, Hédio ocupou o cargo de secretário de justiça do Estado de São Paulo. Segundo ele, era um desafio cotidiano tomar decisões que afetavam positivamente ou negativamente a vida das pessoas, visto que o gestor público que honra o seu cargo é aquele capaz de formular e executar programas e ações que beneficiem aqueles segmentos que mais dependem do Estado para sua subsistência e sobrevivência decente e digna.

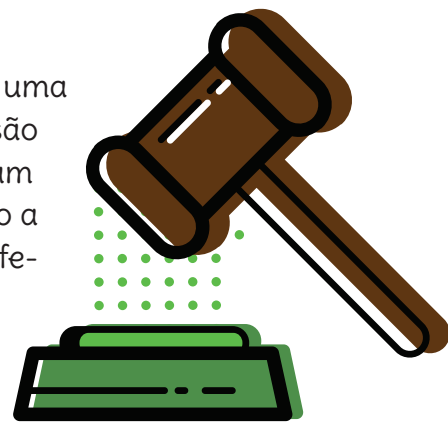
A partir da experiência no poder Executivo, o advogado obteve um grande aprendizado. Embora tenha muito mais peso simbólico do que propriamente material e orçamentário, a Secretaria da Justiça aprofundou o seu interesse em compreender o funcionamento da máquina estatal, a dinâmica da administração pública, o relacionamento do Executivo com o Parlamento, com os municípios, o Judiciário, a sociedade, a imprensa. Hédio afirma que essa experiência foi um “intensivão” de gestão pública e que consolidou o seu entendimento de que pessoas pretas podem mais do que ocupar secretarias de preto, de cultura e de esportes.



Em 2006, Hédio foi candidato ao legislativo (deputado federal). E, segundo ele, sua campanha foi amadora e ligada a um partido cujo único vínculo que tinha era a amizade e admiração pelo professor Cláudio Lembo. Ainda assim, ele teve 23 mil votos. “Precisamos preparar jovens que se disponham a dominar e enfrentar a agenda da inclusão social, do desenvolvimento econômico, do fomento ao empreendedorismo, da cidadania, do enfrentamento da violência contra a juventude negra e as mulheres, enfim, agenda para que o Brasil seja um país próspero, igualitário, democrático, inclusivo, livre e justo”.

O homenageado analisa que um dos efeitos mais atroz e repugnantes do racismo é inculcar no imaginário social o carimbo de que a vida de pessoas pretas vale menos, ou não vale nada. Os seus amigos Edson Cardoso e Hélio Santos denominam esse fenômeno como “desvalor da

vida dos pretos”. Na avaliação dele, o Brasil é palco de uma espécie exótica de esquizofrenia com clivagem racial: são milhares de organizações sociais no país que se dedicam a acolher cães abandonados nas ruas, mas que não dão a mínima para jovens negros mortos como cães nas periferias. “O mal policial, que executa friamente um jovem preto inocente, apenas aperta o gatilho: quem autoriza, ordena ou consente é a sociedade, as autoridades públicas, o silêncio das instituições jurídicas sobre o racismo, os atores do sistema penal que adulam os poderosos, porém, são implacáveis e prejudgam acusados negros. A banalização da vida dos pretos está incrustada no sistema de valores. Sem políticas públicas que tangenciem o sistema de valores, o genocídio vai continuar”, problematiza.

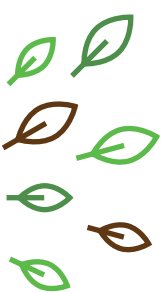


Hédio se posiciona inteiramente favorável à ampliação da presença da juventude negra como bacharéis em direito, na pós-graduação, mestrado, doutorado etc., pesquisando os mais diferentes campos da disciplina jurídica e não limitados a pesquisas relacionadas à população negra, teorias jurídicas sobre racismo, entre outras.

Recentemente, ele criou o Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-brasileiras (Idafro), cujo escopo, amplo e desafiador, inclui cursos presenciais e à distância para advogados e acadêmicos de Direito. Trata-se de uma tentativa de, assim, contribuir para a articulação e aprimoramento de jovens advogados interessados em atuar na litigância contra o racismo, incluindo o racismo religioso.

“Estamos vivenciando momentos em que as religiões de matriz africana não somente estão sendo perseguidas pelo racismo institucional, atacadas por normas que aparentam neutras (e resultam em impacto desproporcional à comunidade afro-religiosa), mas também estão sendo atacadas por milícias e outras criminalidades organizadas, a exemplo do que vem sendo denunciado como ‘Traficantes de Jesus’. A polícia e o Ministério Público Federal têm investigado tais casos de violação horizontal de direitos humanos e como você pensa a resistência a essa situação que parece ser uma ‘jabuticaba jurídica’ (algo tipicamente brasileiro)?”.

Hédio afirma que há desafios do direito frente às desigualdades relacionados ao racismo e à intolerância religiosa e considera necessário preparar operadores do Direito para que esses, ao menos em sua atuação profissional, orientem-se pela Constituição Federal, pelo primado da lei, pelo imperativo da imparcialidade e não por suas preferências ou crenças pessoais.



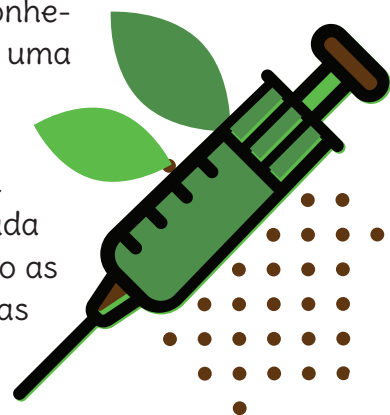
JAQUELINE GOES



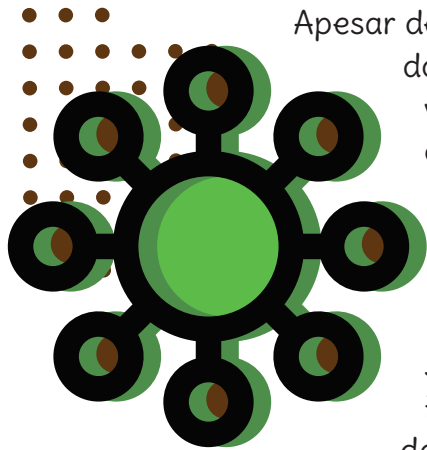
JAQUELINE

Goes de Jesus é biomédica e cientista. Ela coordenou a equipe brasileira que sequenciou o genoma do Coronavírus (Covid-19), em tempo recorde, o que foi fundamental para o enfrentamento à pandemia. É mestre em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pela Fundação Oswaldo Cruz e doutora em Patologia Humana e Experimental pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, desenvolve pesquisas em seu pós-doutorado, no Instituto de Medicina Tropical na Universidade de São Paulo (USP).

No período de pandemia de Covid-19, Jaqueline ficou muito conhecida por ser uma cientista mulher, negra e jovem, atuando em uma área difícil e complicada para compreensão geral da sociedade. E teve o desafio de tentar explicar para as pessoas o que estudava, o que a levou a se engajar na divulgação para a população sobre como fez o mapeamento, uma técnica utilizada para entender que base nitrogenada ou, traduzindo, quais são as “letrinhas” dentro de um alfabeto do vírus, e em que ordem elas aparecem, a fim de obter informações para combatê-lo. Dentro desse processo, o seu trabalho e de sua equipe, formada por muitas mulheres, foi justamente trazer informações importantes sobre o vírus para que outros pesquisadores e cientistas pudessem trabalhar na produção de vacinas e de medicamentos, assim como no estudo de outras características do vírus.



“A gente precisa estimular as meninas e quebrar barreiras sociais, quebrar as barreiras educacionais e não limitar o sonho, não limitar o pensamento dessas meninas e acho que, dessa maneira, a gente terá muito mais mulheres cientistas. Eu espero, realmente, que lá no futuro eu tenha outras colegas falando sobre todas essas dificuldades enfrentadas, enquanto mulher na sociedade.”

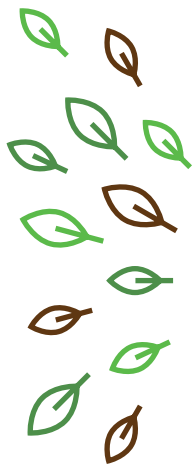


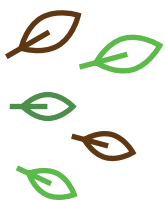
Apesar de ter uma expressão jovial e, realmente, ter feito esse estudo em um tempo muito curto, como foi noticiado em diversos veículos midiáticos, a homenageada começou a trabalhar com sequenciamento genético em 2016. Assim, desse período até agora, ela foi treinada e adquiriu experiência dentro dessa área para que pudesse despontar durante a pandemia e mostrar todo o potencial que a nossa ciência tem. Por meio desses treinamentos e dessas experiências, Jaqueline obteve a oportunidade de aprimorar sua técnica. Ela foi à Inglaterra, o país que criou essa tecnologia, a fim de se especializar e voltou ao Brasil para poder difundir esse conhecimento.

A trajetória da pesquisadora na ciência iniciou em 2008, quando entrou na graduação de Biomedicina. Segundo Jaqueline: “Para mim, foi uma história bem pitoresca, porque eu aprendi ou descobri o que era Biomedicina dentro de uma discussão que eu tive com uma vendedora de livros no ônibus e, assim, ela acabou me perguntando e sugerindo esse curso e foi uma escolha super acertada na minha vida. Mas, até entrar na Biomedicina, eu, particularmente, não sabia que poderia ser uma cientista e um cientista numa área que envolve tecnologia, engenharias, ciência e que a gente sabe que é uma área muito masculina. Isso, inclusive, permeou o nosso imaginário, porque nos filmes que eu assistia durante a infância, sempre vi homens mais velhos fazendo uma carreira há muito tempo e esses eram os cientistas”.

Desse modo, quando se envolveu com a Biomedicina, Jaqueline jamais imaginou que pudesse se tornar cientista e isso é um grande desafio, porque, para ela, é preciso incutir no imaginário das meninas brasileiras que elas podem se tornar cientistas, assim como a própria se tornou. Ela considera que é essas informações sobre a carreira científica precisam entrar no processo de educação, incentivando toda a sociedade, pois é dentro dessa atmosfera que ocorrerá as mudanças necessárias para a divulgação e popularização da ciência.

Por muito tempo, a homenageada se sentiu desacreditada do seu sonho e quis desistir da área da ciência, porque algumas pessoas falavam e questionavam seu trabalho e isso, realmente, não contribuiu com sua formação. Porém, a persistência foi o que a fez seguir e, como destaca Jaqueline: “Eu gostaria muito que fosse diferente, eu queria que as nossas crianças, as nossas meninas fossem incentivadas desde criança. Então, vocês que estão aí me ouvindo, me escutando, me vendo, que são pais, que são educadores, pensem que aquilo que a gente oferece para criança no início da sua formação, ela carregará consigo como inspira-





ção. A gente precisa estimular as meninas e quebrar barreiras sociais, quebrar as barreiras educacionais e não limitar o sonho, não limitar o pensamento dessas meninas e acho que, dessa maneira, a gente terá muito mais mulheres cientistas. Eu espero, realmente, que lá no futuro eu tenha outras colegas falando sobre todas essas dificuldades enfrentadas, enquanto mulher na sociedade. É importante que nós, como mulheres, nos levantemos para defendermos essas meninas e para oferecermos um futuro diferente”.

Jaqueline se tornou um símbolo de representatividade por ser uma mulher jovem, nordestina e negra no Brasil e, assim, ela tem utilizado sua visibilidade para dar, cada vez mais, evidência às meninas que têm o sonho de ser cientista. A mensagem que a homenageada propaga é a de que o mundo é difícil, principalmente para as mulheres, mas a força feminina é maior, a vontade de chegar ao futuro precisa prevalecer. Por isso, afirma que, apesar do pensamento de desistir, é necessário persistir, resistir e lembrar que há muitas mulheres sonhando juntas para construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária.



JAQUELINE GOMES



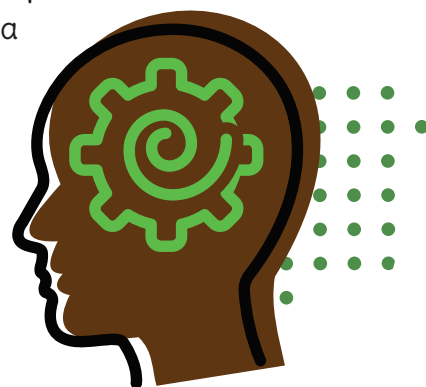
..... JAQUELINE

Gomes de Jesus nasceu em Brasília (DF), em 7 de março de 1978. É psicóloga, professora universitária e ativista brasileira. Foi a primeira gestora do sistema de cotas para negros da Universidade de Brasília (UnB). Pela sua contribuição com o debate sobre as relações raciais, gênero, identidade de gênero, sexualidades e direitos humanos, recebeu em 2017 a Medalha Chiquinha Gonzaga da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por indicação da vereadora Marielle Franco.

Jaqueline nasceu na Asa Sul do Plano Piloto de Brasília, filha de um operador de computadores da UnB, o sergipano Gizélio Gomes de Jesus, e de uma professora da rede básica de educação, no Centro Educacional 9, de Ceilândia, a mineira Maria Marly da Cunha Gomes, que foi a primeira pessoa da família a concluir o Ensino Superior, no curso de Pedagogia da mesma universidade. Os seus avós maternos, Jonas Pinto da Cunha e Terezinha Duarte da Silva, foram candangos que trabalharam na construção da capital federal, e montaram um barraco de tapumes em frente ao campus universitário Darcy Ribeiro. Ela cresceu no Setor “O” da Ceilândia, completou o ensino fundamental em um colégio de freiras de Taguatinga e o ensino médio na mesma região administrativa.

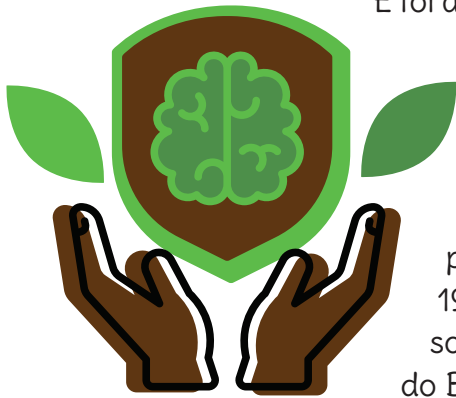
Ingressou no curso de Química, em 1996, o qual largou após um ano, quando se tornou caloura do curso de Psicologia na UnB, onde também cursou seu mestrado, concluído em 2005, com a dissertação “Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: representações sociais dos libertadores”. O doutorado foi concluído no mesmo local, em 2010, com a tese “O protesto na festa: política e identidade nas Paradas do Orgulho LGBT”. Jaqueline finalizou pesquisa de pós-doutorado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, em 2014, tendo investigado trabalho e movimentos sociais.

Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), lotada no campus Belford Roxo, compõe o quadro de pesquisadores do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (DihS/Ensp/Fiocruz). É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva (PPGBIOS) pela Fiocruz.



Entre 2008 e 2010, Jaqueline atuou no Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Ministério do Planejamento, fazendo parte da equipe que formulou o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde dos Servidores Públicos Federais (SIASS), sendo a responsável técnica pelos Princípios, Diretrizes e Ações em Saúde Mental, entre 2008 e 2009.

E foi assessora técnica da Presidência da República em 2011 e do Ministério da Justiça em 2012, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

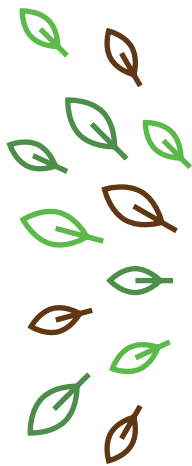


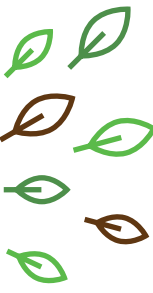
Nossa homenageada participa de movimentos sociais desde 1997, quando conheceu o Estruturação - Grupo LGBT de Brasília, do qual se tornaria presidente em 1999. Ainda durante a graduação, ajudou a fundar a Associação de Acadêmicos Gays, Lésbicas e Simpatizantes do Brasil (AAGLS), presidida por Luiz Mott, e fundou a ONG Ações Cidadãs em Orientação Sexual (ACOS).

Ela foi assessora do vice-reitor da UnB, Timothy Mulholland, e participou da formulação do Sistema de Cotas para Negras e Negros, iniciativa pioneira no país, da qual foi a primeira gestora, ocupando a Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas, além de ser coordenadora do Centro de Convivência Negra, entre 2004 e 2008.

Também participou da organização da 1ª Conferência Distrital GLBT e da 1ª Conferência Nacional LGBT, sendo eleita presidente do Fórum LGBT do DF e do entorno e se tornando uma das organizadoras da Parada LGBT de Brasília. Ainda foi conselheira do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal e tem dezenas de publicações, entre artigos e livros, como “Homofobia: Identificar e Prevenir”, “Ainda que Tardia: Escravidão e Liberdade no Brasil Contemporâneo”, “Eu Não Sou uma Mulher? E Outros Discursos de Sojourner Truth”, “Como Eu Não Dancei”, “O Livro Sem Título”, entre outros. Jaqueline é autora e organizadora do primeiro livro em língua portuguesa sobre transfeminismo: “Transfeminismo: Teorias e Práticas”, de 2014.

No campo do audiovisual, possui diversas participações em cinema, televisão e internet, como nos longas-metragens “Sementes: Mulheres Pretas no Poder” e “Não é a Primeira Vez que Lutamos pelo Nosso Amor”. E compõe o elenco de debatedores do programa “Debate”, do Canal Futura, que oferece ao público discussões aprofundadas e contextualizadas sobre a educação e diversos temas da atualidade. Jaqueline escreveu o texto e atuou, junto com a professora e dramaturga Dodi Leal, no curta-metragem “Nós Somos a Neblina”, de 2021.





Por indicação da vereadora Marielle Franco, ela foi a primeira mulher trans e negra a receber a Medalha Chiquinha Gonzaga, que homenageia mulheres que contribuíram com os direitos humanos, artísticos, democráticos e culturais. Recebeu também o Prêmio Rio Sem Homofobia, do Estado do Rio de Janeiro, entre outras honrarias e participou do Grupo de Trabalho para a Sistematização das Normas Eleitorais, instituído pela Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, desenvolvendo pesquisa sobre a participação política da população LGBT. Além disso, estuda sobre a saúde mental de pessoas LGBT em países de baixa e média renda, em parceria com a Universidade Duke.

Jaqueline é pesquisadora-líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (ODARA), ligado ao IFRJ/CNPq, tendo integrado a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), entre 2021 e 2023, e, desde 2021, preside a Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH). Segundo ela, é uma “candanga que vive no Rio” ou uma “carioca que nasceu em Brasília”, mantendo interlocuções com a sua cidade natal.



JULIA SUZARTE



JULIA Pereira Suzarte nasceu em 22 de agosto de 1999, é natural da cidade de Feira de Santana, na Bahia, moradora de comunidade quilombola. A homenageada escreve desde os 9 anos de idade, e a poesia foi e continua sendo uma ferramenta importante para que ela possa continuar atingindo lugares e tocando o coração das pessoas. Atualmente, está no sexto período do curso de Letras, com habilitação em espanhol, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e os estudos têm sido o seu porto seguro para driblar os entraves da vida.

“Não podemos e nem devemos romantizar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras, principalmente, dentro da sua área de atuação, pessoas são pessoas, independente da orientação sexual, etnia e afins.”

Durante a caminhada, Júlia passou por algumas adversidades que a fizeram duvidar da sua própria capacidade. Ela é uma mulher negra de pele escura, que faz questão de exaltar a sua beleza negra em suas poesias e em tudo o que faz. Apesar do racismo presente na sociedade brasileira, em que a cor da pele, infelizmente, é mais importante do que a inteligência, Julia destaca que todos os obstáculos que ela enfrenta a tornaram mais forte.

De acordo com a homenageada: “Não podemos e nem devemos romantizar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas negras, principalmente, dentro da sua área de atuação. Pessoas são pessoas, independentemente da orientação sexual, etnia e afins”. Diante disso, com a poesia sendo a sua parceira diária, a poeta vem quebrando estereótipos e conquistando o seu lugar.

Júlia tem um livro publicado intitulado “No meu quintal”, publicado em 2019, lançado na presença de amigos e familiares. Além disso, o segundo está a caminho e ela segue na esperança de que dias melhores virão, mantendo a fé na arte e nela própria. Como Júlia lembra: “se a coisa tá preta, a coisa tá boa”.

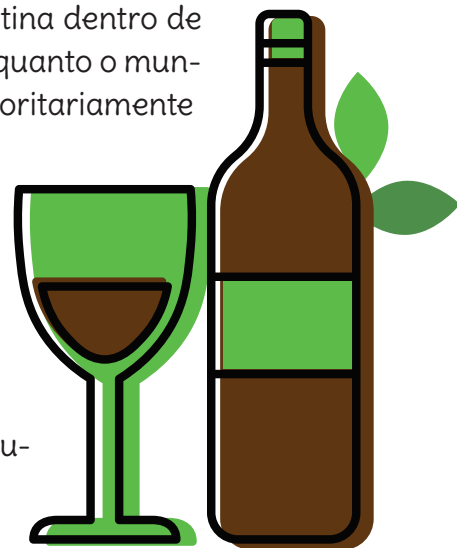
LARISSA BEZERRA



..... **LARISSA** Bezerra é uma mulher negra, mãe, enóloga, baiana, que migrou para o Rio Grande do Sul para cursar o bacharelado em Enologia, desafiando as estatísticas.

Os desafios de ser uma mulher negra, mãe solo e nordestina dentro de uma universidade no Sul do país foram muitos. Porém, enquanto o mundo a subestimou, tornou-se enóloga em um espaço majoritariamente branco. E, de quebra, ensinou a filha que, se as portas não abrem, é preciso derrubá-las, sendo que desistir do que o coração deseja, não é uma opção.

Dez números podem impactar a vida de uma pessoa de forma colossal! Em contas bancárias, resultados de campeonatos e até temperaturas! No momento em que viu aquele resultado do vestibular, a sua vida ganhou outro rumo. Segundo a homenageada: “Ali eu soube que não existiria forças no mundo para bloquear minha trajetória. Minha matrícula, com 10 números, no curso de bacharelado em Enologia, enfim, existia, e eu era, oficialmente, aluna da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). O ano era 2018, mas a sua jornada com o vinho tem uma origem muito anterior, o que possibilitou a materialização desse sonho com a graduação. A primeira bebida alcoólica que experimentou na vida foi o vinho, em uma confraternização natalina, com família, amigos, comida reservada para aquele dia singular do ano. Não era comum vinho em sua casa, porém, Natal era um dia especial.



“Me senti sozinha várias vezes, porque ser negra e trabalhar com vinho no Brasil é solitário e, por isso, resolvi falar sobre vinho nas redes sociais, pois passei a ser vista e conheci alguns profissionais negros do vinho.”

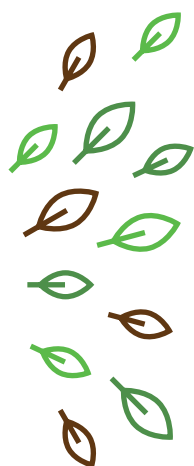
O verdadeiro encontro de Larissa com o vinho aconteceu no início da vida adulta, pois trabalhou em um restaurante dentro de um resort, onde era ofertado aos hóspedes um serviço básico da bebida. Cercada de taças, abridores e garrafas de espumantes, soube que o vinho seria a sua casa. Pesquisou qual era o profissional que trabalhava com vinho, além do maître, na internet, e surgiu apenas o sommelier. Então, decidiu seguir esse caminho, e comprou um livro para iniciar nesse universo desconhecido, um livro simples com informações básicas, apenas para começar de algum lugar. A publicação descrevia qual era a função do sommelier, que era conhecer a bebida pronta e exercer o seu trabalho, geralmente, em restaurantes, lojas, cursos etc. Além disso, também descrevia a função do enólogo, que é o especialista em vinhos e em uvas.

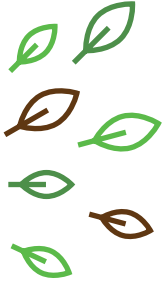
O enólogo é responsável pela elaboração do vinho, pode atuar na produção da matéria-prima ou nos demais setores que envolvem a uva, o vinho e os insumos para a sua elaboração. Como Larissa relata: “Quando eu li a palavra enólogo, todas as células do meu corpo sabiam que eu seria uma enóloga e nada no mundo iria impedir isso. Meu corpo estava em festa, era como se eu tivesse encontrado meu propósito. Mas, nem tudo aconteceu como achei que seria e, no meio do caminho, a maternidade me atravessou, os planos tinham que ser reajustados”.



Larissa foi criada pela sua avó, na maior parte da infância, por conta do abandono paterno e da rotina de trabalho de sua mãe. Ela se deparou também como mãe solo de uma menininha esperta que se tornou a sua parceira de vida, e nunca foi contratempo, pelo contrário, ensinou-a que a maternidade é força, principalmente, porque a sociedade está empenhada em colocar limitações para mulheres com suas crianças.

Em 2018, pegou uma mala e a sua filha de 5 anos, saiu do Nordeste até o Rio Grande do Sul, porque enquanto o mundo a dizia que não dava para fazer isso sendo mãe, ela entrava no avião. A homenageada afirma: “Não tive tempo para escutar o mundo, o vinho me chamava”. Foi uma jornada de cinco anos, sempre juntas. Stephany cresceu caminhando pelos corredores da universidade e do vinhedo. Uma mulher negra, baiana, no interior do Rio Grande do Sul, com uma criança pequena, ousando sonhar em ser especialista em vinhos, não foi exatamente o que mundo do vinho estava esperando, logo uma área completamente embranquecida e elitista, encontrar um profissional negro é como encontrar agulha no palheiro. Lá estava Larissa desafiando as estatísticas! Ela lembra: “Me senti sozinha várias vezes, porque ser negra e trabalhar com vinho no





Brasil é solitário e, por isso, resolvi falar sobre vinho nas redes sociais, pois passei a ser vista e conheci alguns profissionais negros do vinho. O perfil no Instagram @enotrajectoria foi um bálsamo, porque consegui expressar o meu amor pelo vinho e contar a minha história, inspirar outras mulheres”.

Após a graduação, Larissa se inscreveu para o processo seletivo de mestrado e, além de enóloga, quer se tornar mestre em agronomia. Não existe limites para uma mulher com filhos nos braços e sonhos maiores do que a própria existência, visto que os desafios são ainda mais complexos. Mas, como Sankofa olha para trás para enxergar o futuro e tem a certeza de que se sobreviveu antes, sobreviverá agora:

“E todas as vezes que pessoas brancas me questionam do porquê ‘enfiar’ negritude e maternidade no vinho, eu sei que é a coisa certa a fazer! Meu corpo é preto, meu corpo nasceu no Nordeste, meu corpo gerou uma vida e meu corpo escolheu o vinho como futuro, não existe possibilidade de separar esses aspectos que me atravessam, eu sou Larissa Bezerra, sou bacharela em Enologia, sou mulher negra, nordestina e mãe!”.



LUANNA TEOFILLO



LUANNA Teofillo é bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e mestre em Linguística Computacional pela Universidade Sorbonne Nouvelle - Paris III. Poliglota e apaixonada por negócios digitais, fez uma transição de carreira e passou a trabalhar em *startups* e empresas digitais fora do Brasil. Trabalhou em Buenos Aires, Paris, Miami e Nova York, além de grandes empresas do ecossistema brasileiro como *Senior Product Manager*. É fundadora da *startup* de desenvolvimento de negócios Doorbell Ventures, criadora do portal Efigenias e CEO do Painel Bap, o primeiro painel de pesquisas on-line afro-brasileiro.



Sua história na tecnologia começa quando Luanna tinha por volta de 15 anos. Ela fazia curso de inglês em uma escola e lá havia uma biblioteca onde a jovem vivia no meio dos livros. Sempre se divertiu aprendendo, por mais difícil e solitário que fosse o ambiente escolar, e sempre amou aprender, ler e escrever. Até que, um dia, colocaram um computador conectado à internet no local e, pela primeira vez, acessou o único site que sabia o endereço de cor: www.negritudefashionhair.com.br.

“Ser uma afroempreendedora é ser uma pessoa inquieta, ter essa energia canalizada que eu tenho e a certeza de que é uma energia do desejo dos meus ancestrais que tiveram sonhos e não puderam realizar. Então eles me deram essa oportunidade de realizar tudo isso em nome deles.”

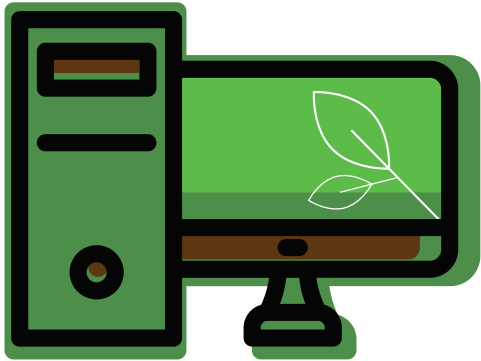
A homenageada lembra, perfeitamente, desse momento e, toda vez que conta essa história, volta para aquele exato lugar da Luanna adolescente e a sensação que teve quando o site abriu. Ficou navegando e se encantou com as possibilidades que a internet trazia. Naquele dia, voltou para casa a pé, na zona sul de São Paulo, em Interlagos, e ficou pensando que um novo mundo estava nascendo com a internet e que queria fazer parte

dele. A partir disso, tornou-se uma assídua e dedicada usuária da rede, mesmo sem ter computador em casa. Todo lugar que frequentava e que havia um computador disponível, não hesitava em usar e assimilava todas aquelas novidades.

O tempo foi pensando e ela continuou apaixonada pela internet e tecnologia. Na época, fazia faculdade de Direito na Mackenzie e era concursada, desde os 18 anos, do Banco do Brasil. Um dia marcante

de sua trajetória foi o 11 de setembro de 2001, pois trabalhava no atendimento do Banco do Brasil e um senhor a perguntou se ela sabia o que estava acontecendo e disse que não. Então, o cliente contou que houve um ataque terrorista nos Estados Unidos e, enquanto ele falava, Luanna pensava que nunca seria feliz num trabalho em que não pudesse estar on-line. “Naquela época, eu já sentia o moderno *fear of missing out* (FOMO), o medo

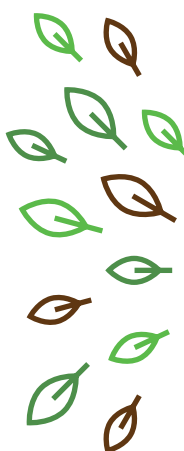
de ficar de fora, porque queria estar conectada”, relembra a homenageada.



Ali, o sonho de trabalhar na internet passava a se tornar um objetivo. E Luanna não sabia o que, mas queria ajudar a criar esse novo mundo. Já nessa época, começou um blog e nasceu a sua persona satírica Linda Marx, que a trouxe liberdade de escrever e de criar um universo à parte. Depois, vieram as redes sociais, Black Chat, Orkut e viveu, fortemente, tudo isso.

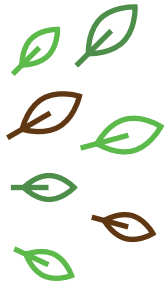
No último ano da universidade, ela decidiu, depois de muita dor, sair definitivamente do Banco do Brasil. Naquele momento, ia contra a opinião de tudo e todos, porém, comprometeu-se a transformar a sua vida profissional e ser feliz em seu trabalho.

A homenageada fez uma aposta pela sua felicidade e viajou para fora do Brasil e durante, sete anos, morou entre França, Argentina e Estados Unidos. Fez mestrado em Paris na Universidade Sorbonne Nouvelle e se dedicou, totalmente, a ganhar experiência e se tornar a profissional que sonhava. Aproveitou todas as oportunidades de forma muito intensa e se destacou. Assim, tornou-se uma operária da tecnologia, trabalhando em sites e produtos internacionais e ela destaca: “Como mulher preta trabalhando nessa área, até então, ainda mais branca e burguesa do que hoje, eu sofri muitas coisas extremamente difíceis, mas quero deixar como registro que também tenho orgulho do esforço que eu fiz e ainda faço. Ser uma afroempreendedora é ser uma pessoa inquieta, ter essa energia canalizada que eu tenho e a certeza de que é uma energia do



desejo dos meus ancestrais que tiveram sonhos e não puderam realizar. Então eles me deram essa oportunidade de realizar tudo isso em nome deles”.

Luanna ainda ressalta: “Sei que a maioria dos meus irmãos e irmãs não vivem a mesma realidade material que eu vivo, mas eles são pretos e os seus sonhos são capazes de mudar a realidade para todas as pessoas. A internet e a tecnologia são acessíveis para milhões de pessoas que devem se apoderar e empoderar através dela. É possível aprender idiomas, ofícios, desenvolver habilidade e eu sou uma prova de que é real. Eu consegui criar o meu universo e trabalho todos os dias para ser cada vez mais preta, fortalecer pessoas pretas e honrar meus antepassados para que eles tenham orgulho e sintam a gratidão que eu emano, porque, se hoje eu posso ser uma mulher profissional realizada, é por causa da luta e dos sonhos deles”.



MARIA INÊS DA SILVA BARBOSA

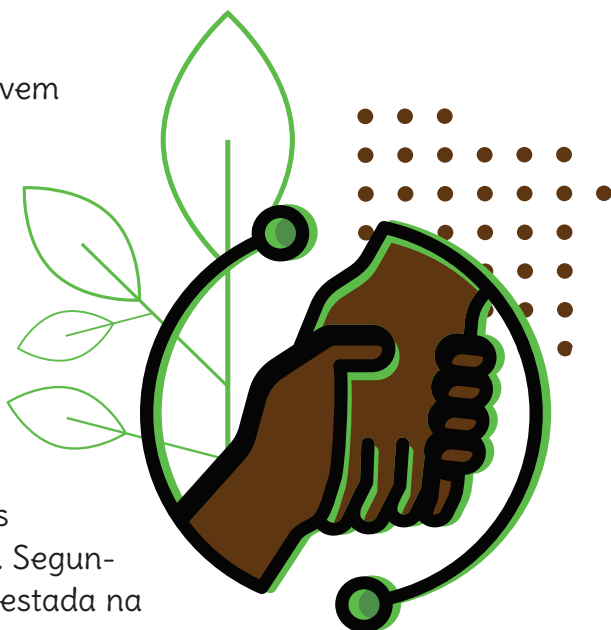


MARIA Inês da Silva Barbosa, nascida e criada no bairro periférico de São Paulo chamado Cidade Dutra, no extremo sul da cidade, é filha de mãe trabalhadora doméstica e de pai motorista. Ela teve uma única irmã, formada em música clássica, e seus pais se dedicaram e empenharam em garantir formação profissional de qualidade para as filhas.

Nossa homenageada teve uma vivência comunitária na infância, adolescência e em parte da juventude, de forma que várias mães e adultos foram responsáveis pelos cuidados dela e da irmã. Todas as casas do local em que moravam as pertenciam: eram, assim, irmãs e irmãos de leite e, conseqüentemente, mães de leite que nutriam o corpo e o espírito, com permissão para cuidar, compreender, educar.

“O ativismo vem primeiro deste espaço, a partir dos 15 anos e sempre presente. Era uma imersão na realidade, compreensão e gana de contribuir para transformar estruturas que geram injustiças.”

De acordo com Maria Inês: “O ativismo vem primeiro deste espaço, a partir dos 15 anos e sempre presente. Era uma imersão na realidade, compreensão e gana de contribuir para transformar estruturas que geram injustiças. Daí foi movimento de educação popular, movimento negro, as bases de minhas escolhas acadêmicas e formação profissional”. Maria Inês cultiva múltiplas amizades forjadas na luta, com companheiras e companheiros de jornada, apoio, pertença, solidariedade. Segundo ela, “parceria negra-afetivo-amorosa gestada na militância”.



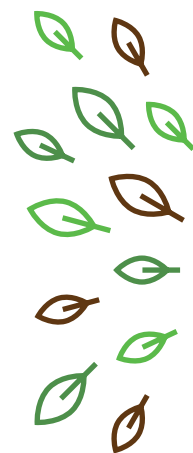
Assistente Social e mestre em Serviço Social, além de doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), sua tese sobre racismo em saúde foi reconhecida como o primeiro trabalho sobre o perfil de mortalidade da população negra no país. É ainda professora adjunta aposentada do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), onde exerceu atividades de pesquisa, ensino e extensão na docência de cursos de graduação em Enfermagem, Nutrição e Medicina, além de atuar na especialização em Saúde da Família, Saúde da Mulher e Saúde Coletiva e no mestrado e doutorado em Saúde e Ambiente.



A sua experiência profissional também inclui a atuação em desenvolvimento comunitário, educação popular e em serviços de saúde. A partir de 2003, Maria Inês integrou o quadro de servidores na gestão da Presidência da República, tendo trabalhado em diversas áreas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), encerrando as atividades como Subsecretária de Políticas de Ações Afirmativas em janeiro de 2007. Entre suas atribuições, estava articular diferentes segmentos da sociedade civil organizada, organismos internacionais, instituições públicas e privadas, com o objetivo de institucionalizar a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Entre 2007 e 2010, Maria Inês fez parte da equipe do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) Brasil e Cone Sul, atual Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres, coordenando o Programa “Incorporação das Dimensões de Gênero, Raça e Etnia em programas de combate à pobreza”, em quatro países da América Latina: Brasil, Bolívia, Guatemala e Paraguai.

Maria Inês também foi pesquisadora bolsista colaboradora do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), na área de políticas de igualdade racial em 2012. Entre 2010 e 2011, atuou como assessora regional para diversidade cultural e saúde na Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), no escritório regional em Washington, nos Estados Unidos. Em 2012, colaborou como consultora em saúde da população negra para a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da




Saúde. E, de 2013 a 2017, foi consultora nacional da OPAS, responsável pela supervisão técnica do Termo de Cooperação entre a Organização e a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia.

E, como bem lembra nossa homenageada, ela é filha de Yansã, Ekede de Oxumaré do Terreiro do Cobre, no Engenho Velho da Federação, em Salvador (BA).

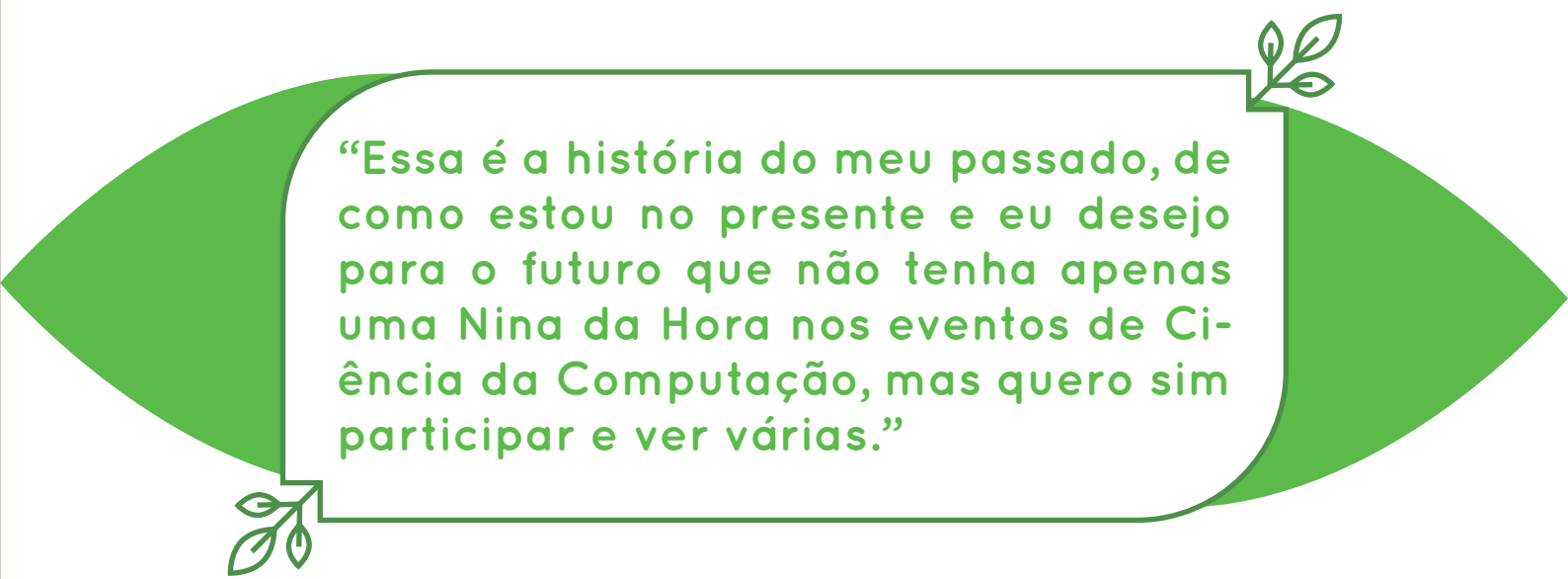


NINA DA HORA





ANA Carolina da Hora, mais conhecida como Nina da Hora, é de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense (RJ). É cientista da computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), pesquisadora e ativista brasileira. Narrando sua trajetória, nossa homenageada lembra: “Para contar a minha história, preciso retornar há alguns anos atrás, para explicar quando iniciou a minha paixão por ciência e como eu cheguei na Ciência da Computação. Eu me lembro com muito carinho de um laboratório que tem em Duque de Caxias, ali no caminho do Pantanal, quando eu estudava no então Colégio Educandário Maria Tenório, no ensino fundamental I, e passava por esse laboratório no caminho da escola e ficava perguntando para minha mãe o que que era aquele espaço. E minha mãe também não sabia explicar. Eu sentia muita curiosidade de saber o porquê de todas aquelas pessoas estarem vestidas de branco sem serem médicas e, ainda, usavam óculos muito legais e debatiam assuntos que eu não entendia o que era, mas soava como coisas muito legais”.



“Essa é a história do meu passado, de como estou no presente e eu desejo para o futuro que não tenha apenas uma Nina da Hora nos eventos de Ciência da Computação, mas quero sim participar e ver várias.”

Nina da Hora vem de uma família de cinco mulheres, todas professoras, mas nenhuma delas curti Matemática ou Ciências Exatas. Elas achavam muito peculiar todo o interesse de Nina para essas áreas e, aos 12 anos, uma de suas tias lhe emprestou o computador, deixando que a menina usasse por uma hora para programar. E assim começou a aprender e a sua mãe falava: “você tem uma hora por dia para ir à sua tia fazer as suas coisas no computador e voltar para casa”. Era assim, todo dia.

Nina destaca os desafios de acessar os equipamentos necessários para desenvolver seus estudos em Computação: “Conforme o tempo foi passando, eu fui percebendo que a minha família, por mais que se esforçasse para ajudar os mais jovens a realizar os sonhos possíveis, ainda não tinha dinheiro para comprar os recursos necessários para eu estudar sobre robótica, computação, pois é uma área cara para manter o estudo. Então, eu ficava dentro de casa desmontando sucata, radinhos, meus minigames e minha mãe ficava desesperada, porque ela não sabia onde isso daria. Assim, dos 15 aos 16 anos, fiz um curso de computação gráfica, pois a minha família se uniu para pagar. Nesse curso, teve um evento que misturava produção de audiovisual com tecnologias e pensei: esse é o meu momento! Reuni a minha família e disse que queria que esse fosse o meu presente de aniversário”.



Nesse evento, a homenageada conheceu uma produtora e começou a pesquisar como poderia participar desses eventos e decidiu se voluntariar para trabalhar. Entrou na faculdade com 17 anos, cursou Ciências da Computação, iniciou um estágio no segundo período em uma escola, a fim de cuidar do laboratório e interagir no espaço escolar. E assim começou a explorar muito mais a sucata. Com o valor da bolsa, pagava o curso de inglês e, no seu aniversário de 18 anos, a família se uniu para presentear-lá com um kit Arduino, um conjunto de peças para montar projetos eletrônicos.

Após três anos de estágio, Nina foi, então, efetivada como professora de programação para crianças. E, no seu percurso na graduação, desenvolveu uma série de iniciativas para discutir o acesso à computação. A cientista destaca: “Para compreender o futuro, temos que entender o passado. Eu fui chamada de cientista antes de terminar a graduação e esse reconhecimento foi muito gratificante. Em 2018, na faculdade, eu criei o *Computação sem caô*, que foi muito importante na minha vida, e conheci programadores que admiro. Tenho muito carinho também pelo meu podcast Ogunhê, em que apresento cientistas do continente africano. Essa é a história do meu passado, de como estou no presente e eu desejo para o futuro que não tenha apenas uma Nina da Hora nos eventos de Ciência da Computação, mas quero sim participar e ver várias”.

Atualmente, Nina da Hora está cursando o mestrado em Ciência da Computação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisando justiça algorítmica. Ela é uma jovem cientista que inspira a inclusão de pessoas negras, periféricas e de mulheres LGBTQIA+ no campo da tecnologia.



PÂMELA CARVALHO



PÂMELA

Cristina Nunes de Carvalho é formada em História, com mestrado em Educação e desenvolveu uma carreira focada na educação nas relações étnico-raciais, especialmente, nos contextos de cultura negra do Rio de Janeiro e no Brasil, o que se conecta também com a sua trajetória e a de sua família.

A homenageada é uma mulher negra favelada do Rio de Janeiro, vive e trabalha pensando as culturas negras e o antirracismo. A sua trajetória acadêmica e profissional auxilia a pensar nas vivências de várias mulheres negras cariocas e do Brasil. Ela é cria da escola pública, estudou a vida inteira em colégios municipais e o Ensino Médio cursou no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET). Para estudar nesse local, por necessidade de deslocamento, começou a circular pela cidade e a perceber que as pessoas do seu círculo tinham acesso a uma escola federal, o que, de alguma forma, determinava mais oportunidades de trabalho, tendo uma diferença de oportunidade para os jovens. Pâmela estudou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde fez o bacharelado e a licenciatura em História. Tornou-se uma pesquisadora-historiadora e também professora de história.



“Minhas principais referências na vida são os meus pais, Vânia e Roberto, numa perspectiva de formação política, porque são duas pessoas que não tiveram acesso à educação, mas que sempre foram muito politizadas e sempre viram na educação uma possibilidade de mudança nas nossas trajetórias e nas nossas condições de vida.”

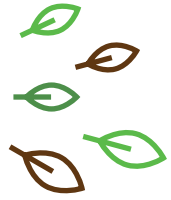
O seu primeiro emprego formal de carteira assinada foi como operadora de telemarketing. Mas a trajetória acadêmica de Pâmela fez com que ela fosse para outros lugares, por exemplo, se tornando estagiária do Museu de Arte do Rio. Ela é coordenadora da Redes da Maré, que é uma organização da sociedade civil na favela da Maré, no Rio de Janeiro, onde mora. Pâmela sempre soube que faria algo relacionado à área das humanidades e, como no ensino médio teve alguns professores no campo da História que abriram algumas portas, ela obteve oportunidade de bolsa no em Educação. Essas ações mudaram a sua vida, pois se tornou bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) em História e começou a se interessar pela parte de pesquisa, estudando gênero a partir do Hospital Pró-Matre, uma maternidade do Rio de Janeiro.

Desse modo, Pâmela começou a entender que, pesquisando, poderia compreender melhor como a sociedade é machista, misógina e como é importante traçar estratégias para o enfrentamento desses entraves. Além disso, interseccionou essa questão de gênero à raça e decidiu seguir na área de História pensando esses temas.

Então, foi para o caminho de pensar a educação associada à história, a partir dessa ideia de aprender, ensinar, compartilhar e realizar mudanças na sociedade, a fim de pensar, especialmente, as questões de gênero e de raça. O trabalho que desenvolve é muito voltado para o território onde mora e tem a missão de ter uma perspectiva que vai pensar arte e cultura associada às memórias, às identidades, mais especificamente, da Maré.

De acordo com a homenageada: “Minhas principais referências na vida são os meus pais, Vânia e Roberto, numa perspectiva de formação política, porque são duas pessoas que não tiveram acesso à educação, mas que sempre foram muito politizadas e sempre viram na educação uma possibilidade de mudança nas nossas trajetórias e nas nossas condições de vida. Para além disso, tem outras pessoas, especialmente mulheres negras, que me inspiram muito, como Giovana Xavier, que foi a minha orientadora no mestrado, a professora Janete Ribeiro, que trabalhou muito tempo com educação básica, uma educação pensada nas adolescentes, e a Loreto da Trindade, que não está mais entre nós, uma educadora, uma intelectual que inclusive criou o conceito dos valores civilizatórios brasileiros”.

Mulheres negras, ao longo da história e da arte, geralmente, foram retratadas como objetos, pode-se observar em várias pinturas que tem título: “Escrava Negra”, “Mulher Negra...com cesto na cabeça” etc. E o corpo ocupa lugar de objeto, de forma que essas mulheres não eram reconhecidas enquanto seres humanos. Logo, para nossa homenageada, é importante ter a possibilidade de falar quem você é, de dizer que não é uma “escrava” e sim uma mulher negra em situação de escravidão. A história da arte brasileira aborda esses corpos de uma forma muito racista e, a partir de seu trabalho, Pâmela vem reforçando que é preciso revelar o outro lado da história, valorizando as questões étnicas-raciais, de gênero e raça.



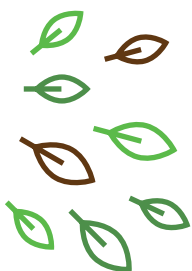
PAULO DA SILVA SANTOS



..... **PAULO** da Silva Santos nasceu em um hospital em Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro. Depois da alta, foi para a residência de seus pais, na favela da Mangueira, em Duque de Caxias. O seu pai, Augusto Paulo dos Santos, nascido na Bahia, e a sua mãe, Jurandi Maria da Silva Santos, nascida no interior do estado do Rio de Janeiro.

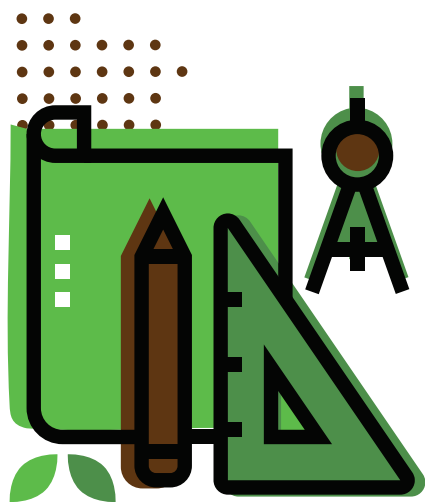
“Meus primeiros contatos com a percepção de ser negro vieram por intermédio de meus pais. Foi meu pai quem me apresentou, através da música, um número de artistas negros norte-americanos (era assim que denominávamos, os hoje, afro-americanos: Ray Charles, Stevie Wonder, o Jamaicano Jimmy Cliff...). Era uma forma de demonstrar o valor e talento de nós, negros.”

Na consciência de seu pai, os filhos estariam expostos à violência naquela comunidade e, desse modo, mudaram-se para Nova Iguaçu. Depois, voltaram para Duque de Caxias, para um loteamento novo, em um bairro operário, no ano de 1965. Foi nesse local que Paulo aprendeu a ler com a sua mãe, uma mulher com apenas o curso primário, e ele lembra: “confesso que a pedagogia dela não foi muito confortável. Todavia, consegui entrar numa escola pública do bairro, já alfabetizado. Ali dei início a minha trajetória na escola pública até os cursos superiores e de pós-graduação. Meus primeiros contatos com a percepção de ser negro vieram por intermédio de meus pais. Foi meu pai quem me apresentou, através da música, um número de artistas negros norte-americanos (era assim que denominávamos, os hoje, afro-americanos: Ray Charles, Stevie Wonder, o Jamaicano Jimmy Cliff...). Era uma forma de demonstrar o valor e talento de nós, negros”.



Nesse bairro operário, havia diversidade racial e também tinha fraternidade. Os conflitos raciais no seio da comunidade não eram muito perceptíveis. Apareceram, em geral, na pré-adolescência de Paulo, nos apelidos que as pessoas tentavam impor, como: “Bola Sete”, uma referência a cor da bola de bilhar; “Mancha Negra”, em referência ao personagem de revista em quadrinhos; também denominações de “Negão”, “Neguinho”, “Escurinho”, “Pretinho”, ao invés de seu nome. Sua mãe o orientava a não aceitar os apelidos. E Paulo entendia que essa orientação era uma forma de dizer que não se submeteria ao racismo, através dessas denominações genéricas, pois acabavam se tornando substitutivas de seus nomes. Assim foram as mediações raciais em sua vida, na pré-adolescência. O único apelido que permitiu foi Paulão, oriundo da sua condição de ser o mais alto entre os amigos, porque ser o mais alto era um atributo positivo naquele tempo e contexto.

O seu primeiro impacto com o racismo veio de uma expressão depreciativa muito comum à época: “Vê se te enxerga!”, ele ouvia. Foi assim que se viu, quando tentou abordar, pela primeira vez, uma paquera. Parece pouco, mas isso definiu bastante a sua relação com o flerte e com o aprofundamento de sua percepção do racismo.



No ensino médio, cursou a Escola Nacional de Ciências Estatísticas, onde fez o Curso Técnico em Cartografia e Geodésia e começou a ter contato mais próximo com política e iniciou a conexão com o debate racial. A Escola Nacional de Ciências Estatísticas é vizinha do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e, em 1977, presenciou os primeiros debates raciais. No final do ano de 1979, Paulo estava militando em um grupo chamado Axé, com outros jovens negros, todos de favela e ele, de um bairro periférico de Duque de Caxias. Nesse momento, aos 19 anos, já estava na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), cursando Engenharia Cartográfica. Terminou

Engenharia em 1986, depois de ter trancado o curso por um ano e meio, por conta da incompatibilidade com o trabalho. Já estava no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nessa época, na área técnica de Cartografia. E, ao final faculdade, devido às suas atividades militantes em bairros periféricos e favelas, decidiu fazer o curso de Sociologia, também na Uerj.

Paulo ainda fez pós-graduação no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ), em Engenharia de Transportes, em 1999,



quando exercia o cargo de subsecretário na Secretaria de Estado de Transportes do Rio de Janeiro. No ano de 2002, mais uma vez, atuou como subsecretário, dessa vez, na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.



Quando cursou Sociologia, a motivação de Paulo era aprimorar os seus conhecimentos sobre a sociedade e, assim, qualificar mais a sua militância política. Estava, então, atuando no Partido dos Trabalhadores (PT), chegando a ser membro do Diretório Municipal. Desde 1988, participava de campanhas eleitorais, tendo coordenado ações neste ano, e ainda em 1992 e 1996, de forma que a candidata chegou a ser eleita. Tratava-se de uma candidata negra e favelada, militante do movimento negro, cuja questão racial era o centro de sua proposta.

Paulo faz uma avaliação sobre sua trajetória e o racismo: “Nos meus 64 anos de idade, posso dizer que o racismo esteve sempre presente na minha vida. Na minha carreira no IBGE, fui deixado para trás nas promoções, nas indicações de chefias e nas punições. Já no fim de carreira, sofri assédio moral de uma chefia e só consegui entender isso ao conversar com um amigo de trabalho negro, como eu, que identificou o fato. Mesmo com toda a bagagem militante, as coisas nos escapam. Não dá para ser escoteiro e estar sempre alerta. Ficar sempre alerta é neurotizante! Por isso, muitos negros enlouquecem, sem entender que o racismo é o objeto de suas dores”.

Como é possível perceber na história de nosso homenageado, a necessidade de construção de um cidadão “acima de qualquer suspeita” é visível. Segundo ele: “Já fui preso cinco vezes na minha vida, fiz acordo em juízo por conta de uma das prisões abusivas, diante de uma delegada e policiais racistas que decidiram me penalizar, sem causa que justificasse tal violência. Faz muito pouco tempo, cerca de uns dez anos, pude superar a situação, ao ver um policial no meu trajeto, promover o ato instintivo de levar a mão ao bolso, para verificar se eu estava ou não com documentos. O racismo fere profundamente nós negros”.

Hoje, Paulo é aposentado pelo IBGE e desenvolve trabalhos com Cartografia Social, atuando em projetos de mapeamento de Territórios Quilombolas, atividade que reúne as suas duas especializações: Engenharia e Sociologia. Além disso, tem deixado sua contribuição intelectual para o desenvolvimento da população negra e a garantia de seus direitos fundamentais.



VAGNER AMARO

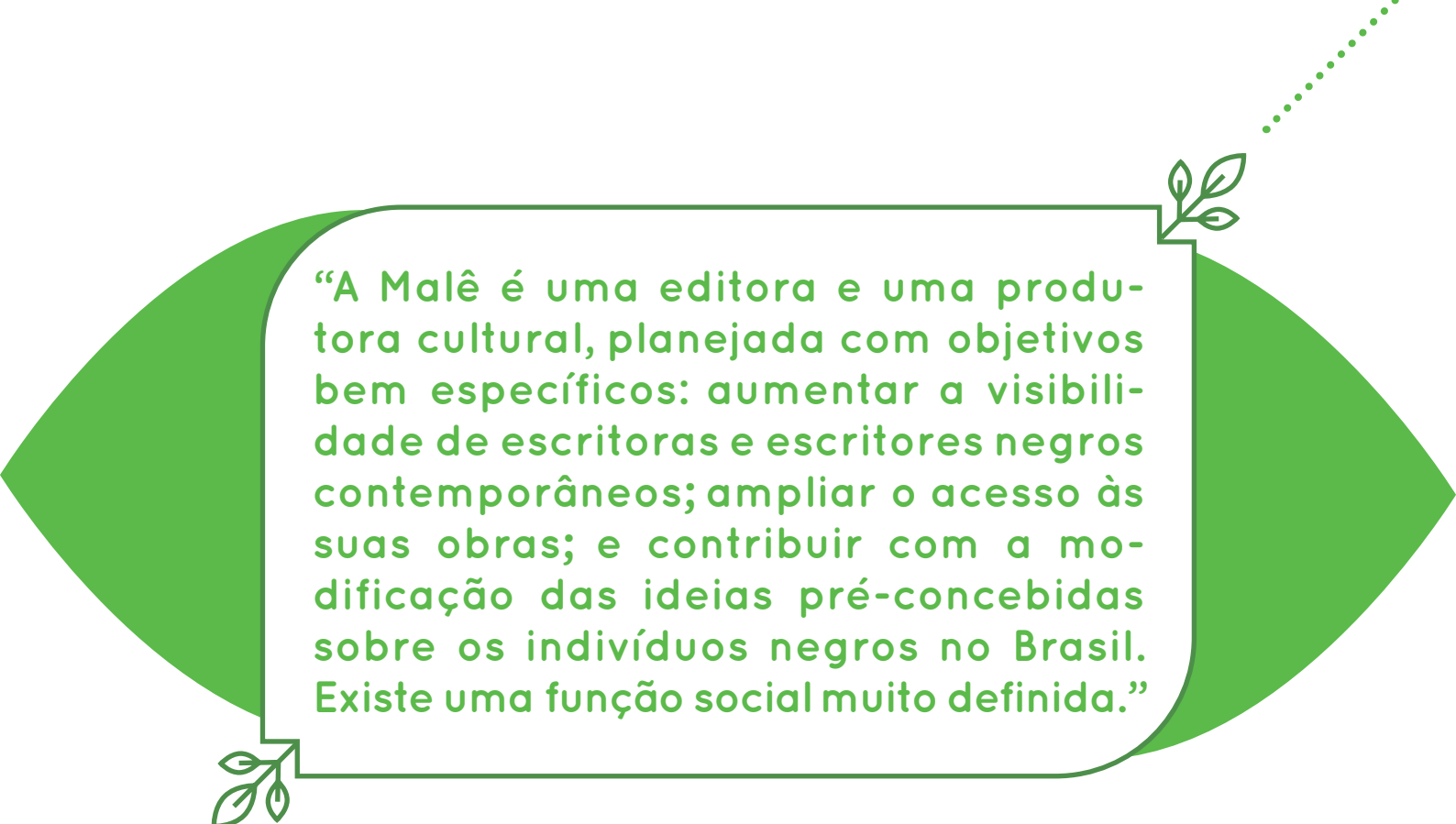


..... **VAGNER** da Rosa Amaro nasceu no bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro (RJ), em 1977. Coursou o ensino fundamental e médio em escola pública e, ainda adolescente, se formou em Artes gráficas, encadernação e restauração de livros e revistas, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). É jornalista, bibliotecário, escritor e editor, especialista em Gestão Cultural, mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e doutor em Literatura, Cultura e Contemporaneidades pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

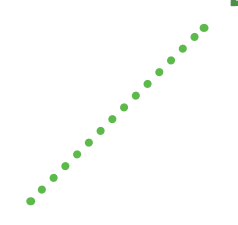
Como bibliotecário, o homenageado atuou em projetos de mediação da leitura, produção e curadoria de eventos literários, criação de bibliotecas comunitárias e coorganizou as publicações: Machado de Assis por jovens leitores (2011, Autêntica); África: novas leituras (2012, Escola Sesc); e Lima Barreto por jovens leitores (2014, Autêntica). Como editor e jornalista, organizou as publicações: Letra e tinta: dez contos do Prêmio Malê de Literatura (2016, Malê); Olhos de azeviche: dez escritoras negras que estão renovando a literatura brasileira (2017, Malê); O movimento leve: contos (2018, Malê), Do Índico ao Atlântico contos brasileiros e moçambicanos (2019, Malê), Machado de Assis: contos e crônicas (2019, Malê), Olhos de azeviche: dez escritoras negras brasileiras em contos (2020, Malê). A sua primeira publicação como ficcionista se deu em 2018, com o volume de contos Eles (Malê). Publicou contos na coletânea Beijo sem máscara, nas revistas Philos, Época e no Jornal Rascunho. Mandisa e a Vovó Alegria (2021, Malê) é o seu primeiro livro infantil e Os dias em que não te vi é a primeira publicação de poesia.



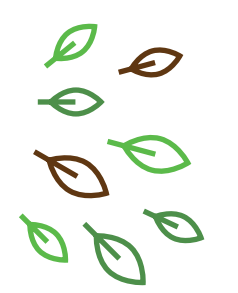
Em 2015, Vagner idealizou a Editora Malê, que fundou com o professor de Literatura Francisco Jorge, e atua para promover, no mercado editorial, a literatura brasileira e dos países africanos, com atenção especial para a autoria de escritores negros brasileiros e africanos. O homenageado destaca: "A Malê é uma editora e uma produtora cultural, planejada com objetivos bem específicos: aumentar a visibilidade de escritoras e escritores negros contemporâneos; ampliar o acesso às suas obras; e contribuir com a modificação das ideias pré-concebi-



“A Malê é uma editora e uma produtora cultural, planejada com objetivos bem específicos: aumentar a visibilidade de escritoras e escritores negros contemporâneos; ampliar o acesso às suas obras; e contribuir com a modificação das ideias pré-concebidas sobre os indivíduos negros no Brasil. Existe uma função social muito definida.”



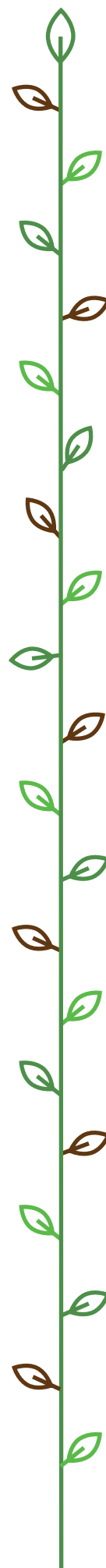
das sobre os indivíduos negros no Brasil. Existe uma função social muito definida. Isso se dá a partir da edição de livros, a formação de novos escritores por meio do Prêmio Malê de Literatura e das oficinas de escrita criativa, a produção de eventos literários, o incentivo à circulação de autores e um forte trabalho de divulgação e de assessoria de imprensa aos livros que editamos. No entanto, esta definição é flexível, é uma linha de trabalho que pode vir a ser incrementada por outras frentes, temas e interesses”.



Ainda em 2015, Vagner Amaro criou o Prêmio Malê de Literatura, a fim de incentivar o surgimento de mais escritores negros. Em 2016, editou o livro de contos Histórias de leves enganos e parencenas, de Conceição Evaristo, e produziu e foi curador da primeira edição da Festa da Literatura Negra (FLIN). Em 2017, realizou curadoria e coorganizou os Encontros Malê em Paraty, na programação paralela da Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP). Em 2018, criou e lançou o selo Malê mirim, para literatura infantil, e a coleção Mediações & Leituras, com a intenção de promover a leitura literária. Em 2019, idealizou e lançou a Mahin – revista literária, da qual é o editor, para divulgar a literatura negra para os professores, os livreiros, os mediadores de leitura e os distribuidores de livros.



Vagner Amaro é um dos poucos representantes negros como editor em um mercado editorial formado quase, exclusivamente, por pessoas brancas e o primeiro a receber dois prêmios Jabutis por sua editora.



VILMA MELO



VILMA Melo é atriz, diretora e professora de Artes Cênicas. Em 2017, foi indicada ao Prêmio Cenym de Teatro Nacional, como melhor atriz coadjuvante no espetáculo “Amargo Fruto, a vida de Billie Holiday”, e ainda como melhor atriz nos Prêmios Cesgranrio e Botequim Cultural, por sua atuação em “Chica da Silva – o musical”, e nos prêmios CBTIJ e Botequim Cultural pelo infantil “Marrom nem preto nem branco?”. Ela também foi agraciada na categoria melhor atriz no Prêmio Shell (2017) por “Chica da Silva – o musical”, considerada a maior premiação de teatro no Brasil e é, sem dúvida, a mais antiga, resistindo às intempéries, trocas governamentais e à deriva que, por muitas vezes, a cultura brasileira é submetida. Após 29 anos de existência deste prêmio, finalmente, Vilma, uma mulher preta retinta, se tornava a primeira pessoa negra a ganhar na categoria de melhor atriz e direção.

“Hoje, consigo enxergar grandes artistas negros jovens no mercado chegando sem pedir licença. Ocupando o lugar que lhes é devido e destinado. A caminhada é difícil? Ninguém disse que ia ser fácil. A diferença é que tivemos os nossos ancestrais que tiveram que arrombar a porta.”

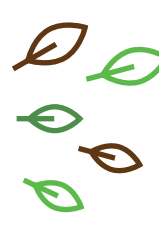
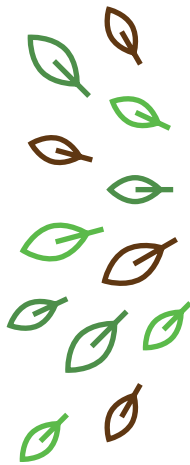
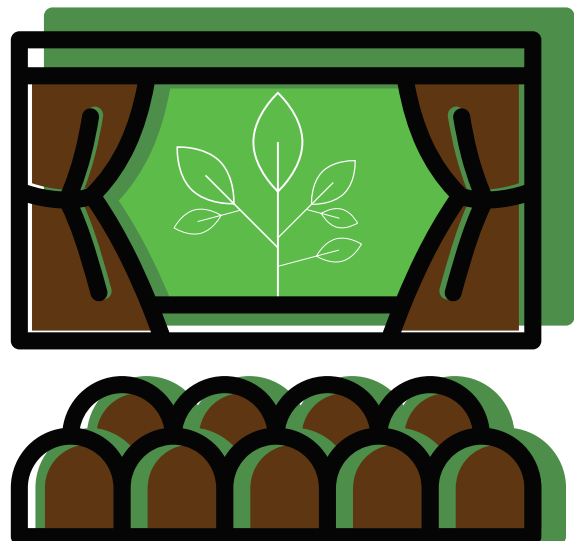
De acordo com Vilma: “Se, do ponto de vista individual, essas conquistas são uma alegria e honra para qualquer profissional que ocupa este lugar, do ponto de vista coletivo denota em uma total falta de olhar para nós, artistas negros, sendo um espelho do funcionamento da nossa sociedade. É como se estivéssemos sempre e para sempre com o manto do não estar, o da desqualificação, o do não ser. Nossos palcos sempre foram recheados de artistas negros fabulosos, que fizeram e fazem história, ícones como Grande Othelo (a quem eu já tive a honra de representar no palco no espetáculo “Grande Othelo - Eta moleque bamba”) e Ruth de Souza, nunca estiveram presentes nesta lista. Ambos trabalharam até quase o fim de suas vidas. Mas, somente em 2017, que a ótica começa a mudar. Se algumas indicações já pipocavam aqui e acolá, é aí que isso se concretiza”.



Não ao acaso, o júri dessas premiações está mudando e contribuindo para um novo olhar, buscando um caminho mais democrático e inclusivo, e assim aconteceu a “virada”. E Vilma estava lá. Como aborda a homenageada: “É esse grito já estava preso na garganta fazia tempos. Não foi a Vilma quem foi premiada, foi toda uma classe artística invisibilizada durante anos e anos. Subiram naquele palco todas, todos e todes os que vieram antes, os que estavam e os que ainda chegariam, sim, porque a partir daquele momento concretizamos que era possível. Se descortinava ali na nossa frente uma possibilidade que até então a maioria de nós não vislumbrava. E, como uma homenagem indescritível, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Artes Cênicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) passa a se chamar D.A. Vilma Melo, faculdade na qual me formei e onde não tinha meus pares”.

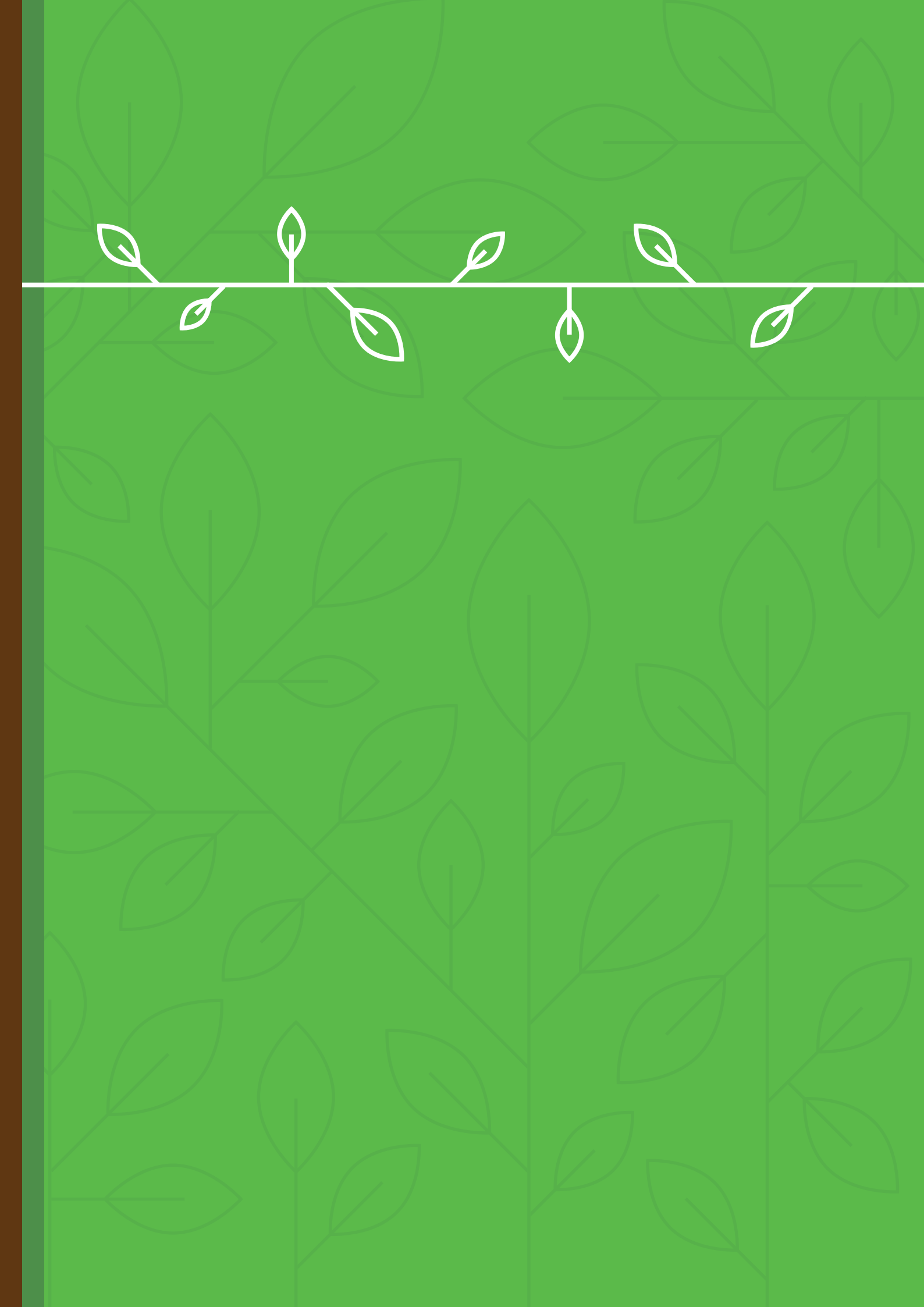
A vida estudantil de Vilma era solitária e marcada por diversos eventos que pleiteavam a sua desistência, como num deles relatado no espetáculo “Mãe de Santo”, protagonizado pela homenageada. Afinal, quem tinha permitido uma preta suburbana a fazer teatro em uma universidade? E em uma universidade pública? Isso era reservado para poucos, para a elite carioca. Estamos falando aqui do final dos anos 1980, em que o sistema de ingresso não era pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e algumas universidades tinham o seu próprio vestibular (como no caso da UNIRIO) e havia apenas dois anos que o regime ditatorial tinha “findado” no Brasil. Então quem? Quem era aquela preta cursando teatro numa universidade pública, majoritariamente branca?

A atriz Vilma Melo faz uma avaliação da sua trajetória e destaca: “Hoje, consigo enxergar grandes artistas negros jovens no mercado chegando sem pedir licença. Ocupando o lugar que lhes é devido e destinado. A caminhada é difícil? Ninguém disse que ia ser fácil. A diferença é que tivemos os nossos ancestrais que tiveram que arrombar a porta. A minha geração força a maçaneta (e continua forçando) e essa que vem agora, já abre a porta, quer queira quer não. Sonho



com o dia em que não precisemos mais abrir a porta, e vamos encontrá-la aberta. Ou, ainda, as portas nem existirão. Talvez, eu não esteja neste plano para ver, mas estarei junto aos meus, vibrando por cada passo, cada conquista que tenhamos, pois cada degrau subido por um, é um degrau subido por todos”.





10



HERÓIS/ HEROÍNAS

Com muito orgulho, apresentamos o capítulo “Heróis e Heroínas” do livro “Trajetórias Negras de Resistência: Ciência e Cultura pela Equidade de Gênero e Raça”. Nestas páginas, homenageamos 10 figuras notáveis, que preferimos chamar de “Heróis e Heroínas” em vez de celebridades, porque suas contribuições são eternas e transcendem o tempo.

Essas 10 personalidades atemporais deixaram uma marca indelével na história do Brasil. Por meio de uma vida dedicada à luta e à resistência, eles quebraram paradigmas e transformaram a realidade da população negra brasileira para sempre. Suas ações foram como sementes plantadas que germinaram em mudanças profundas e duradouras.

Cada um dos “Heróis e Heroínas” é retratado com ilustrações criadas a partir de suas fotografias originais, permitindo que sua essência e impacto se manifestem visualmente. Este capítulo é uma homenagem à coragem, à perseverança e à dedicação desses indivíduos notáveis, cujo legado continua a inspirar as gerações atuais e futuras.

Em suas histórias e conquistas, encontramos um tributo à resiliência da diáspora africana no Brasil, bem como um chamado à ação para continuar a luta por uma sociedade mais igualitária e justa.

ALMERINDA FARIAS GAMA (1899 – 1999)



“Eu sempre, por instinto, me revoltei contra a desigualdade de direitos entre homem e mulher.” *

Almerinda Farias Gama foi uma advogada e sindicalista, uma pioneira na atuação de mulheres negras na política brasileira, uma das duas primeiras a participar do processo de formação de uma Assembleia Constituinte, em 1934. Nasceu em Maceió (AL), ela tem um importante papel na história da militância feminista no Brasil, dentro e fora dos sindicatos. No Pará (PA), trabalhou como datilógrafa, escreveu crônicas para o jornal “A Província”. Mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1929, obteve motivação em uma injustiça trabalhista: quando soube que um colega de trabalho homem recebia 300 réis para o mesmo trabalho e ela 100 réis a menos, indignou-se e decidiu ir para um lugar onde tivesse chance de receber um salário melhor. Formou-se advogada e se envolveu nas lutas políticas e feministas. Presidiu o Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos, tornou-se uma figura engajada na conquista do direito ao voto pelas mulheres. Em 1933, foi indicada como delegada na votação que escolheu os participantes da Assembleia Nacional que construiria uma nova Constituição para o Brasil. Em 1934, concorreu pelo Distrito Federal (localizado no Rio de Janeiro) nas eleições parlamentares, os seus panfletos de divulgação mostravam as seguintes afirmações: “advogada consciente dos direitos das classes trabalhadoras, jornalista combativa e feminista de ação”. Almerinda não foi eleita, entretanto, manteve-se na política durante algum tempo, foi dirigente do Partido Socialista Proletário do Brasil. Atualmente, essa heroína é reconhecida como uma importante percussora do caminho da política para as mulheres brasileiras, em especial às negras que almejam cargos eletivos. Em 2016, a prefeitura de São Paulo (SP) instituiu o Prêmio Almerinda Farias Gama, voltado para as iniciativas em comunicação social ligadas à defesa da população negra.

*(Fonte: Almerinda Farias: a sufragista negra que a história não conseguiu apagar – terra.com.br)

ANTONIETA DE BARROS (1901 – 1952)



“Educar é ensinar os outros a viver; é iluminar caminhos alheios; é amparar debilitados, transformando-os em fortes; é mostrar as veredas, apontar as escaladas, possibilitando avançar, sem muletas e sem tropeços; é transportar às almas que o Senhor nos confiar, à força insuperável da Fé.” *

Antonieta de Barros foi uma jornalista, professora e política brasileira. Ela nasceu em Des-terro, como era chamada Florianópolis, a primeira da família a ter o ciclo escolar completo. Em 1922, aos 21 anos de idade, fundou o Curso Particular Antonieta de Barros que era destinado à alfabetização, coordenou essa formação até o ano de sua morte. Conviveu com diversos desafios e preconceitos raciais, de classe social e de gênero, mas obteve destaque pela sua dedicação aos estudos, pela coragem de expressar suas ideias, por ter conquistado um espaço na imprensa e opinar sobre as mais variadas questões, principalmente, por ter lutado pelos menos favorecidos e pela educação. Todas essas batalhas foram travadas numa época em que não havia representação feminina no que tange à liberdade de expressão e ao direito ao voto. Uma das três primeiras mulheres eleitas no Brasil, a única negra, a sua bandeira política era o poder revolucionário e libertador da educação para todos, foi eleita deputada estadual de Santa Catarina em 1934. É de sua autoria a Lei N° 145, de 1948, que instituiu o dia do professor (15 de outubro). Antonieta de Barros foi uma resistência em uma sociedade conservadora e, hoje, tornou-se referência para a educação e para diversas representações femininas na política.

*(Trecho do discurso proferido pela Deputada Antonieta de Barros na ocasião da promulgação da Lei de nº145 que instituiu o Dia do Professor, 1948.)

(Fonte: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros)

DONA IVONE LARA (1922 – 2018)



“Não me comove o pranto de quem é ruim.” *

Yvonne da Silva Lara, mais conhecida como Dona Ivone Lara, foi uma enfermeira, assistente social, compositora, sambista e instrumentista. Trabalhou por 37 anos como enfermeira, era integrante da equipe médica de Nise da Silveira, revolucionou o tratamento psiquiátrico no Brasil por meio de ações humanizadas, pois criou uma sala de instrumentos musicais no hospital do Engenho de Dentro (RJ). Em 1940, Dona Ivone Lara foi pioneira na questão da musicoterapia, porém essa área não era apenas uma intuição. Quando se aposentou de suas atividades no hospital, dedicou-se integralmente à sua carreira musical, tornou-se a primeira mulher a fazer parte da ala de compositores da escola de samba Império Serrano. Construiu uma trajetória na área do samba por meio de composições que valorizavam a questão da negritude no Brasil, da liberdade e do sonho, consagrou-se como uma majestade da música brasileira, uma rainha do samba.

*Fonte: Música “Tendência”, de Dona Ivone Lara e Jorge Aragão

ESPERANÇA GARCIA (1751 - ?)



**“O meu canto é por justiça
Por dois lados na balança
Eu me chamo Esperança
Na premissa, Obakoso
Defesa de quem sangrou
Acalanto de quem sente
Onde cada escravo vira réu
É trovão que rasga o céu
Seu Machado está presente”**

(“Esperança, Presente”, Gilmar L Silva / Julio Cesar / Marcio de Deus / Moisés Santiago / Orlando Ambrosio / Richard Valença / Rogério de Cavalcante / Serginho Rocco / Telmo Motta)

Esperança Garcia foi reconhecida como a primeira mulher advogada negra do Brasil. Escravizada no século XVIII, em Oeiras (PI), nasceu na fazenda Algodões, propriedade que pertencia aos padres jesuítas brasileiros. No local, ela aprendeu a ler e escrever. Casou-se com 16 anos e teve o seu primeiro filho. Após conflitos, os catequistas foram expulsos da região pelo Marquês de Pombal e a fazenda foi cedida para outros senhores. Aos 19 anos, Esperança foi separada dos filhos, do marido e enviada para terras do capitão Antônio Vieira de Couto. Em 6 de setembro de 1770, a heroína escreveu uma carta, endereçada ao governador da capitania do Piauí, a fim de denunciar as estruturas desumanizadas às quais eram submetidos e as situações de violência que sofriam nessa fazenda. Utilizou, assim, a escrita como forma de luta para pleitear uma vida com dignidade. Esse documento histórico é considerado uma das primeiras cartas de defesa de direitos, e é um símbolo de resistência e coragem na luta por direitos no âmbito do Brasil escravocrata. A carta foi encontrada em 1979, no Arquivo Público do Piauí. E, devido à importância histórica e atendendo às reivindicações do movimento negro em tal estado, a data de 6 de setembro foi oficializada como o Dia Estadual da Consciência Negra, em 1999. A partir de solicitação da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do Piauí, Esperança Garcia foi reconhecida pela Ordem dos Advogados do estado como a primeira advogada piauiense. Os escritos desta heroína denunciaram os maus-tratos e o autoritarismo, e almejavam o direito de viver livre de violências. Ela mostrou a importância de se indignar e a coragem de resistir por meio de uma expressão de luta pelos direitos humanos que nasceu dentro das senzalas. Nossa heroína foi uma precursora do enfrentamento ao racismo, da defesa da liberdade e da luta pela igualdade de gênero, raça e classe no Brasil.

JOAQUIM VENÂNCIO (1895 – 1955)



“O Politécnico é fruto da criatividade, do jogo de prazer e da loucura... uma loucura sábia.” *

Joaquim Venâncio Fernandes trabalhou por mais de 30 anos na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no campus Manguinhos (RJ), passou de servente a auxiliar de laboratório e contribuiu para pesquisas científicas. Nasceu e cresceu na Fazenda Bela Vista (MG), pertencente à família de Carlos Chagas, trabalhava nas plantações de diversos produtos e na criação de gado. Aos 21 anos, chega ao Rio de Janeiro e assume a função de servente na Fiocruz, mais especificamente no laboratório de Adolpho Lutz e Bertha Lutz, por meio desse trabalho começou a aprender as práticas desse ambiente. Em 1931, foi nomeado auxiliar de laboratório, participou de várias pesquisas nesse local e também coletas de campo. Adquiriu um vasto conhecimento sobre animais, como anfíbios, moluscos e vermes, auxiliou em várias descobertas científicas e foi responsável pelo desenvolvimento de um método para confirmar gravidez, conhecida como “prova da rã” e foi amplamente utilizada até 1960. Joaquim Venâncio mostrou que trabalhadores de nível técnico também fazem ciência e são fundamentais para o avanço científico, a Fiocruz, em sua homenagem, batizou uma unidade da instituição com o seu nome: a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV).

*(Fonte: <https://www.epsjv.fiocruz.br/linha-do-tempo/uma-loucura-sabia>)

JULIANO MOREIRA (1872 – 1933)



“Quantas são as raças? Onde termina a raça branca? Onde começa a amarela? Onde acaba? Onde começa a preta?” *

Juliano Moreira foi um psiquiatra, cientista e professor pioneiro no tratamento de pessoas com transtornos mentais no Brasil, lutou para combater o racismo científico e a falsa ligação de doença mental à cor da pele. Ele nasceu em Salvador (BA), precisou resistir à condição de pobreza e vencer fortes obstáculos sociais para adentrar na Faculdade de Medicina da Bahia aos 13 anos. Formou-se com 18 anos, tornou-se um dos primeiros médicos negros do país, segundo a Academia Brasileira de Ciências. É considerado o fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil, como aponta um artigo do *Brazilian Journal of Psychiatry*, um dos grandes nomes de estudiosos negros relevantes na história do Brasil, porém, muitas vezes, são apagados de currículos escolares. Após cinco anos de formado, integrou o corpo docente de psiquiatria na Faculdade de Medicina da Bahia (UFBA). Lutou contra teses racistas que relacionavam a miscigenação às doenças mentais no Brasil, além disso humanizou o tratamento de pacientes psiquiátricos. Em 1903, ocupou o cargo de diretor do Hospício Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro, abolindo o uso de camisas de força, retirou grades de todas as janelas e separou pacientes adultos de criança. Graças aos esforços desse herói, foi aprovada uma lei federal para fornecer assistência médica e legal a doentes psiquiátricos. Também foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina legal e presidente da Academia Brasileira de Ciências. Recebeu Albert Einstein em sua primeira visita ao Brasil, participou de vários congressos médicos e representou o Brasil no exterior. Juliano Moreira deixou uma vasta obra sobre a ciência da mente e as doenças mentais, o seu legado nos mostra a importância de combatermos o racismo científico praticado no Brasil. Após seu falecimento, um hospital psiquiátrico na Bahia foi batizado como Hospital Juliano Moreira.

*(Fonte: <https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-01-06/juliano-moreira-o-psiquiatra-negro-que-revolucionou-o-tratamento-das-doencas-mentais-no-brasil.html>)

MARIA FIRMINA DOS REIS (1822 – 1917)



“A mente, essa ninguém pode escravizar.” *

Maria Firmina dos Reis foi uma escritora maranhense, considerada a primeira romancista negra e feminina do Brasil. Desempenhou um papel importante no âmbito da educação, lecionando em escolas primárias, conquistou o título de “Mestre Régia” relacionado à História da Educação Brasileira e ainda criou uma escola mista e gratuita em Guimarães (MA). O seu livro “Úrsula” é o primeiro de cunho antiescravagista, foi publicado em 1859 na cidade de São Luís, um romance inaugural da chamada literatura afro-brasileira, pois tematizou a negritude a partir de uma perspectiva própria. Além desse romance, Maria Firmina colaborou com a imprensa local, publicando contos com temáticas indianistas e abolicionistas e poesias de diversos assuntos. A escritora encontrou na literatura uma forma de expressão artística, porém, principalmente, política, pois trouxe em seus escritos, em pleno século XIX, reflexões sobre negros e escravizados, o que mostrava a sua preocupação e comprometimento com a abolição.

*(Fonte: <https://agendabonifacio.com.br/noticias/maria-firmina-dos-reis-presente/#:~:text=Revisitar%20o%20passado%2C%20analisar%20o,N%C3%A3o%20>)

MARIELLE FRANCO (1979 – 2018)



“Ser mulher negra é resistir e sobreviver o tempo todo... Olham para os nossos corpos nos diminuindo, investigam se debaixo do turbante tem droga ou piolho, negam a nossa existência.” *

Marielle Francisco da Silva, mais conhecida como Marielle Franco, foi uma socióloga carioca com mestrado em Administração Pública, eleita Vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, com 46.502 votos. Era cria da favela da Maré e presidente da Comissão da Mulher da Câmara, iniciou a sua militância em direitos humanos após ingressar no pré-vestibular comunitário do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). Aos 19 anos, tornou-se mãe de uma menina, logo a auxiliou a constituir a luta pelos direitos das mulheres e debater esse tema nas favelas. Trabalhou em organizações da sociedade civil e coordenou a Comissão dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), construiu vários coletivos e movimentos feministas, negros e de favelas. No dia 14/03/2018, Marielle e o motorista Anderson Pedro Gomes foram brutalmente assassinados em um atentado, 13 tiros atingiram o veículo onde estavam. Até hoje, a seguinte pergunta não foi respondida: Quem mandou matar Marielle? Cinco meses após o assassinato, seis de seus projetos de lei foram aprovados na Câmara Municipal: o Programa de Espaço Infantil Noturno (Espaço Coruja); a criação da campanha de enfrentamento ao assédio e violência sexual nos transportes; o Dia Municipal de Luta contra o encarceramento da Juventude Negra; o Dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra (25 de julho); o Programa de Efetivação de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e a criação do Dossiê Mulher Carioca. Marielle Franco se tornou uma semente, pois milhões de pessoas floresceram para honrar o seu legado, a sua contribuição à sociedade e para lutar por justiça.

*(Fonte: <https://racismoambiental.net.br/2020/03/14/falas-de-marielle-um-caso-de-amor-e-compromisso-com-a-justica-e-a-favela-2anossemarielle/>)

TEREZA DE BENGUELA (1700 – 1770)

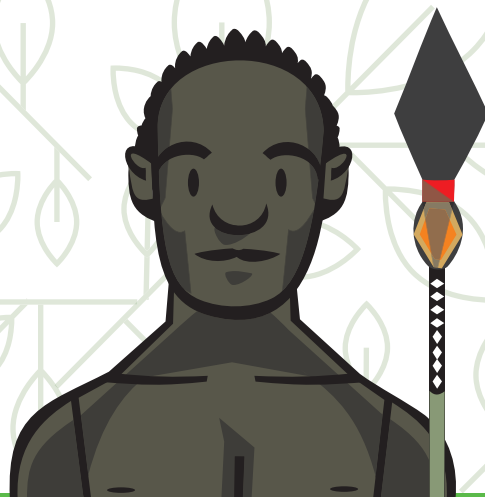


**“É, até atravesssei
Cativeiro é que nunca aceitei
Resisti, relutei
E meu luto em luta se tornou
E assim renasci, governei
Nesses dias de sol eu lutei
Liberdade meu povo chegou!”**

(“Samba de Tereza”,
Dudu Valdez / Verônica Costa)

Tereza de Benguela foi uma líder quilombola que resistiu à escravização. Seu local de nascimento é desconhecido, e ela pode ter nascido em algum território do continente africano ou no Brasil. A nossa heroína viveu no Mato Grosso durante o século XVIII e, após o falecimento de seu marido, José Piolho, chefe do Quilombo do Quariterê, o maior da região do Guaporé, Vila Bela (atual fronteira entre Mato Grosso e Bolívia), Tereza se tornou uma rainha quilombola. Por duas décadas, a comunidade negra e indígena seguiu com sua liderança, mantendo uma prática de troca de armas com as pessoas brancas. A líder Tereza comandava toda a administração, economia e política do quilombo e, além disso, navegava com barcos grandiosos pelos rios do Pantanal. Ela coordenava um forte sistema de defesa e articulava uma espécie de assembleia para organizar os grupos de ações do coletivo, que sobrevivia do cultivo de algodão, milho, feijão, mandioca, banana, e da venda das sobras dessas plantações. A comunidade do quilombo dominava o uso da forja, técnica utilizada para aquecer os metais e, por meio dessa iniciativa, os objetos de ferro utilizados contra as pessoas negras eram transformados em ferramentas de trabalho. Não há registros de como Tereza morreu. Uma versão da história diz que ela se suicidou após ser capturada por bandeirantes chefiados pela capitania do Mato Grosso, por volta de 1770, e outra afirma que ela foi presa e assassinada. O Quilombo do Quariterê sobreviveu até o período de sua morte e, depois, foi destruído pelas forças armadas da região. Tereza de Benguela representa um símbolo de resistência, liderança feminina e de exaltação cultural à ancestralidade africana, inspirando diversas mulheres negras a lutarem pelos seus propósitos. Em sua homenagem, o dia 25 de julho foi decretado, no Brasil, como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, e a data foi instituída pela lei nº 12.987/2014.

ZUMBI (1655 – 1695)



**“Zumbi, o teu grito ecoou
No Quilombo dos Palmares
Como um pássaro que voou
Tão liberto pelos ares**

**Um grito de dor e de fé
Ficou registrado na nossa história
Pela luta, pelo axé
Pela garra, pela glória”**

(“Negro Zumbi”,
Leci Brandão / Afro
Mandela / Valdilene)

Zumbi dos Palmares foi um dos grandes líderes da história brasileira, tornou-se símbolo da resistência e luta contra a escravidão, pois batalhou pela liberdade de culto, religião e prática da cultura africana no Brasil colonial. Ele nasceu livre no estado de Alagoas, porém foi capturado quando tinha cerca de sete anos de idade e entregue a um padre. Com 15 anos de idade, voltou a viver no quilombo e iniciou uma trajetória de luta. Nesse local, os negros viviam livres e produziam o que era necessário para sobreviverem. Em 1675, essa região foi atacada por soldados portugueses, Zumbi ajudou na defesa e se destacou como um guerreiro. Após uma batalha sangrenta, os soldados foram expulsos e se abrigaram na cidade de Recife. Três anos depois, o governador da província de Pernambuco, juntou-se a Ganga Zumba, primeiro grande líder do Quilombo dos Palmares, a fim de obter um acordo, entretanto, Zumbi não aceitou, porque não admitia a liberdade dos quilombolas, enquanto os negros das fazendas continuassem escravizados. Em 1680, Zumbi liderou o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, território que, atualmente, pertence ao município de União dos Palmares (Alagoas). Ele comandou a resistência contra as tropas portuguesas por meio de coragem e conhecimentos militares. Durante o seu “reinado”, a comunidade cresceu e se fortaleceu, conseguindo diversas vitórias contra a corte. Em 1694, ocorreu um grande ataque ao Quilombo dos Palmares, causando uma destruição do território, Zumbi, bastante ferido, conseguiu fugir, mas foi morto após ter o seu esconderijo denunciado, no dia 20 de novembro de 1695. O dia de sua morte é lembrado em todo o território nacional como o Dia da Consciência Negra, uma data que é utilizada para refletir sobre a luta dos negros e dos africanos contra o período de escravidão no Brasil e, também, contra o racismo presente na sociedade brasileira.





PLANTANDO E COLHENDO
ciência e cultura para
equidade de gênero e raça

Patrocínio:

XP inc.

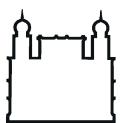


CULTURA

Gestão cultural:



Realização:



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde



museudavida
FIOCRUZ



Casa de
Oswaldo Cruz

COLETIVO
NEGRO
FIOCRUZ



“Trajetórias Negras de Resistência: ciência e cultura pela equidade de gênero e raça” é um livro que nos transporta para o mundo de 21 personalidades negras excepcionais que se destacam em diversos campos, como ciência, cultura, arte, culinária, tecnologia e educação. Desde o início, diversas instituições uniram forças para criar esta obra de grande relevância.

A cada virar de página, as biografias revelam as suas jornadas, os obstáculos superados e as realizações notáveis. As histórias individuais de cada personalidade servem como fonte de inspiração, demonstrando resiliência, determinação e paixão em relação às suas respectivas áreas de atuação.

Um aspecto importante deste livro são as ilustrações que dão vida a essas personalidades, baseadas em suas fotografias originais. Essas imagens, não apenas estreitam nossa conexão com esses heróis contemporâneos, mas também celebram a diversidade e a beleza da diáspora africana.

Além disso, o livro dedica uma seção especial para homenagear dez figuras emblemáticas negras, como Tereza de Benguela, Dona Ivone Lara e Zumbi dos Palmares. Essas personalidades históricas e as suas contribuições para a luta em prol da equidade de gênero e raça são reverenciadas e destacadas, servindo como modelos inspiradores para as futuras gerações.

Esta obra é um tributo à diversidade e ao rico legado das contribuições negras à sociedade. O seu propósito é inspirar, especialmente as jovens negras, fazendo com que se sintam representadas e empoderadas em todos os setores de nossa comunidade. “Trajetórias Negras de Resistência” não só celebra o passado, mas também projeta um olhar otimista para o futuro, em que a equidade de gênero e raça desempenham um papel fundamental na construção de um mundo mais justo e inclusivo.